

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**IZABELA VIEIRA ALVES**

**O DESENVOLVIMENTISMO INDUSTRIAL NA DÉCADA DE 1950:**

**A FORMAÇÃO ESPACIAL DE IPATINGA**

**VIÇOSA- MINAS GERAIS**

**2016**

IZABELA VIEIRA ALVES

**O DESENVOLVIMENTISMO INDUSTRIAL NA DÉCADA DE 1950:  
A FORMAÇÃO ESPACIAL DE IPATINGA**

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Wagner Barbosa Batella

VIÇOSA- MINAS GERAIS  
2016

IZABELA VIEIRA ALVES

**O DESENVOLVIMENTISMO INDUSTRIAL NA DÉCADA DE 1950:**

**A FORMAÇÃO ESPACIAL DE IPATINGA**

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

APROVADA EM:

---

Prof. MSc. Higor Mozart Geraldo Santos  
**Avaliadora**  
DGE – UFV

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina de Almeida Faria  
**Avaliadora**  
DAU – UFV

---

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella  
**Orientador**  
DGE – UFV

*“Você nunca sabe que resultados virão de sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.”*

**Mahatma Gandhi**

## **AGRADECIMENTO**

Gostaria de agradecer primeiro a Deus que me deu força para se chegar ao final dessa etapa.

Agradeço a meus pais Fátima e José Carlos pela força e carinho nos momentos de dificuldades. A minha irmã Natália e ao cunhado Ubirani pelo apoio desde o início mesmo estando longe. E ao restante da minha família que confiou em mim, principalmente a Vó Neném.

As companheiras de República, principalmente Juliette e Bethânia, pelos bons momentos de felicidades e risadas que compartilhamos.

Aos colegas de Geografia, em especial aos da Geo 10 que pude compartilhar ótimos momentos e fazer grandes amizades.

Ao amigo Cleiton e a prima Camila pela hospedagem nos momentos que eu mais precisava. Ao amigo Guilherme pela ajuda na procura de materiais.

A todos os professores do departamento pelos momentos de aprendizagem. Em especial a professora Janete com quem pude aprender muito enquanto estava no PIBID e nas aulas metodologia. Ao meu orientador Wagner Batella, agradeço pela sua paciência, pelos conselhos e pela aprendizagem. Também o agradeço pela oportunidade e confiança no PIBEX e na orientação da Monografia.

Aos funcionários do DGE pela prontidão em ajudar na resolução de qualquer problema.

Aos professores Higor e Teresa por aceitarem participar da minha banca.

**MUITO OBRIGADA!!!!**

## **RESUMO**

A pesquisa teve como objetivo analisar a formação espacial do município de Ipatinga (MG), procurando compreender os principais fatores que caracterizavam a política econômica do território brasileiro no contexto de criação da Usiminas. Neste trabalho, procura-se entender as modificações que ocorreram no espaço e na dinâmica do então Distrito de Ipatinga a partir da implantação da siderúrgica que seria de grande importância para o desenvolvimento industrial brasileiro. Para este propósito, utilizaram-se documentos relativos ao período de 1950 a 1960 que abarcavam a política e a economia nacional. A pesquisa foi realizada a partir de leituras de bibliografias encontradas em documentos impressos e disponíveis em sítios eletrônicos. Os resultados mostraram que a chegada da indústria ao Distrito de Coronel Fabriciano (MG) trouxe grandes mudanças nas relações sociais existentes e criou-se um novo ambiente até então desconhecido. Tal fenômeno impulsionou a migração do campo para a cidade e imprimiu no espaço traços marcantes de desigualdades e interesses, que permeavam a conquista da produção do aço. A paisagem que era predominante rural, ganhou diversos traços urbanos.

**Palavras-chave:** Ipatinga, Usiminas, Siderurgia, Vila Operária, Indústria, Espaço.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região Metropolitana do Vale do Aço e seu Colar Metropolitano.....	11
Figura 2: Fatores de Avaliação para a escolha da localização da Usiminas.....	34
Figura 3: Mapa de localização do município de Ipatinga.....	37
Figura 4: Pré-plano de urbanização da vila operária da Usiminas.....	44
Figura 5: Esquema perfil básico do pré-plano urbanístico para implantação da vila operária.....	45
Figura 6: Bairro Cariru em 1964.....	46
Figura 7: Bairro Imbaúbas na frente. Bairro Areal à esquerda e bairros Horto e Santa Mônica ao fundo.....	47
Figura 8: Mapa dos Bairros do município de Ipatinga .....	48
Figura 9: Rua do Buraco na década de 1960.....	49
Figura 10: Terraplanagem do bairro Bom Jardim na década de 1960.....	51

## **LISTA DE TABELA**

TABELA 1: Crescimento populacional urbano e rural de Ipatinga- MG, entre o período de 1970-2010.....	42
--	----



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>3. O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SIDERÚRGICO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS .....</b>	<b>20</b>
3.1 Políticas públicas no governo de Juscelino Kubitschek .....	21
3.2 Siderurgia Nacional .....	28
3.3 Usiminas .....	31
<b>4. ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE IPATINGA A PARTIR DA USIMINAS .....</b>	<b>36</b>
4.1 Os primórdios da estruturação urbana .....	38
4.2 A indústria e as primeiras grandes rupturas .....	42
4.3 O Massacre de Ipatinga.....	54
4.4 Consolidação do processo emancipatório e a cidade de Ipatinga.....	57
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>67</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os processos de urbanização e industrialização se correlacionam e se tornam complementares desde a Revolução Industrial em muitos lugares do mundo. Não se pode afirmar que todas as cidades passaram por um processo de industrialização para se tornarem urbanas, muito pelo contrário, diversas delas já haviam se consolidado antes do capitalismo industrial se fixar em seu espaço.

Inúmeros países do hemisfério norte passaram por grandes processos de urbanização e industrialização em seus territórios ao longo dos séculos XIX e XX. O Brasil só conhecerá transformações de tais fenômenos com o Governo Vargas a partir da década de 1930, aumentando significativamente na década de 1950. O Governo de Juscelino Kubistchek, eleito 1956, vai expandir o processo de industrialização brasileira, contemplando diversas mudanças estruturais e econômicas no território, principalmente nas cidades. Havia a expectativa de se superar a condição de exportador de produtos primários e importador de bens de consumo para se tornar um país moderno e industrial.

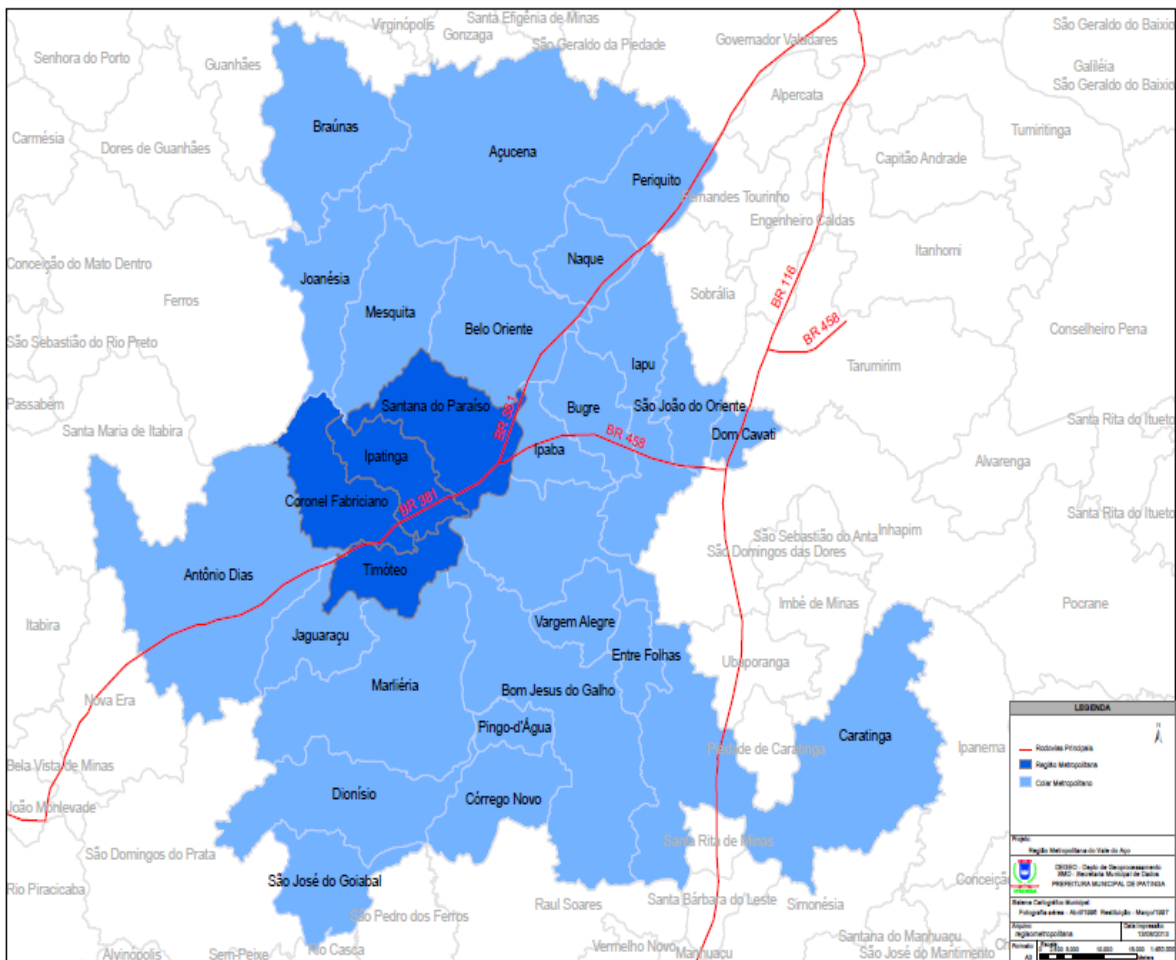
O território do Distrito de Ipatinga, localizado no leste do Estado de Minas Gerais, vai ser contemplado neste contexto, no ano de 1958, por uma indústria. Ipatinga, que era predominantemente rural, vai ganhar diversas características urbanas nesse momento, como uma fábrica, ruas asfaltadas, favelização e prostituição. Em 52 anos, após a instalação das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A, a população saltou de 300 habitantes para 239.468. O Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016) aponta que 236.968 (98,96 %) Ipatinguenses vivem em área urbana.

O objetivo principal deste trabalho é compreender a formação espacial da cidade de Ipatinga, a partir da análise dos principais fatores que caracterizavam a política econômica do território brasileiro na década de 1950 e que influenciaram na criação da cidade e modificação do seu espaço. Os objetivos específicos são: entender os motivos e elementos que influenciaram o surgimento da cidade, assim como compreender quem eram os principais agentes e forças de poder que colaboraram para o desenvolvimento de Ipatinga; compreender como ocorreu a modificação e estruturação do espaço urbano ao longo do tempo; avaliar sobre a importância do papel da Usiminas na produção do espaço urbano de Ipatinga. O recorte temporal contemplou o final de 1950 com o início da construção das Usinas

Siderúrgicas de Minas Gerais S. A, até final de 1960, no contexto da ditadura militar no Brasil.

O estudo da origem de Ipatinga se torna necessário para se entender melhor o que aconteceu no seu processo inicial de formação que a torna nos dias atuais uma das cidades mais populosas e influentes do leste de Minas Gerais. A sua importância também pode ser destacada em virtude do prestígio que possui dentro da Região Metropolitana do Vale do Aço, composta por Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso e seu Colar Metropolitano que abrange mais vinte e quatro municípios (Figura 1). Segundo Oliveira e Lüttgen (2005), essa região gera 20% do PIB de Minas Gerais e possui o segundo maior polo urbano-industrial do estado, perdendo somente para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

**FIGURA 1:** Região Metropolitana do Vale do Aço e seu Colar Metropolitano



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 2013.

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, através de coletas de dados bibliográficos e documental. No primeiro momento a pesquisa priorizou os documentos que abrangiam as diferentes fases do capitalismo e o início da industrialização e urbanização no mundo, após a Revolução Industrial. A busca se concentrou em livros que tratavam sobre a temática e em site governamental que explicitava o crescimento populacional nas áreas urbanas no mundo.

Na segunda etapa a pesquisa direcionou-se aos documentos relativos ao processo de urbanização e industrialização das décadas de 1930 a 1950 no Brasil, e a conjuntura política e econômica da época, encontrada em livros e tese de doutorado. Paralelamente, buscaram-se trabalhos referentes à siderurgia nacional e a criação da Usiminas, fornecidas em livros e trabalhos acadêmicos, como dissertações de mestrado. Usou-se revistas produzidas pela Prefeitura Municipal de Ipatinga, Usiminas e por um jornal local de Ipatinga.

Em um momento posterior utilizou-se de dissertações de mestrado, revistas e livros que retratavam dados referentes ao início da construção da usina no Distrito de Ipatinga, e as consequências e transformações espaciais que foi gerada pela sua chegada, isso se deu na tentativa de se analisar as mudanças econômicas, políticas e sociais. Foi consultado o acervo dos arquivos da Biblioteca Municipal Zumbi dos Palmares e da Câmara Municipal em Ipatinga, e da Fundação João Pinheiro em Belo Horizonte.

## **2. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO**

A formação e transformação do espaço geográfico é fomentada por diversos fatores de ordens sociais, econômicas e políticas que ocorrem ao longo do tempo nos diferentes lugares. O desenvolvimento da indústria vem a imprimir um grande impulso no crescimento e aumento das cidades e no processo de urbanização no mundo, mas não vai se constituir regra, pois cada lugar é único e vai possuir a sua determinada história e especificidade.

Para Sposito (1994), a industrialização e a urbanização vêm se mostrando sempre associadas, e é importante analisar a relação entre ambas para uma melhor compreensão da sociedade contemporânea. Para a autora, a expressão indústria se remete à dominação e transformação da natureza em produção de mercadorias a partir de conjunto de atividades. Por sua vez, a industrialização:

é um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre outras atividades econômicas. Dado o caráter urbano da produção industrial (produção essa totalmente diferenciada das atividades produtivas que se desenvolvem de forma extensiva no campo, como a agricultura e pecuária) as cidades se tornaram sua base territorial, já que nelas se concentram capital e força de trabalho (SPOSITO, 1994, p. 43).

Apesar das cidades e do processo de urbanização já existirem desde a Antiguidade, é na Idade Moderna, a partir do século XV, que se inicia a construção de alicerces para o desenvolvimento da industrialização. Esse contexto vai ser marcado por diversas transformações de cunho social, político e econômico, ocorrendo mudanças nas bases do sistema do feudalismo e do pré-capitalismo para a fixação e consolidação do capitalismo, que, inicialmente, vai se apresentar e ser influenciado pelo comércio, e, em um segundo momento, vai ser comandado pela indústria.

O comércio em expansão vai ajudar na ampliação e criação de cidades e da urbanização que estava estagnada desde o período feudal. “Este processo de retomada da urbanização, de renascimento das cidades, foi possível pela reativação do comércio, enquanto atividade econômica urbana. Ao se desenvolver, esse comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista [...]” (SPOSITO, 1994, p.32).

A organização da produção, que no sistema feudal era realizada a partir de corporações, com cada artesão especializado em um estágio de produção, em diferentes lugares, nesse período impulsionado pelo capital comercial, ganha outra forma, a manufatura. Esse novo sistema “reunia artesãos num mesmo espaço de trabalho, aproximando estas etapas e, portanto, tornando mais rápido o ciclo produtivo” (SPOSITO, 1994, p.37).

Dessa forma, a cidade ia ganhando mais significado com o desenvolvimento da manufatura. Os trabalhadores que estavam saindo do campo se constituíam mão de obra barata para nela trabalhar, tornando-se assalariados do modo de produção, ajudaram a criar e desenvolver um mercado interno (CARLOS, 1994). Nesse período, dá-se os primeiros passos para o estabelecimento de salários em troca de trabalho, mas não se abarca a todos os lugares.

Muitos artesãos ainda possuem o controle de sua produção e do que recebem pelo serviço. Em relação à política, estabeleceram-se pactos entre a burguesia e a realeza, a imagem do Rei é fortalecida, e este acordo concorre para impulsionar a centralização do poder, as navegações marítimas e a formação dos Estados Absolutistas (SPOSITO, 1994).

Esses Estados, com a prática da colonização, contribuíram para a urbanização fora do continente europeu a partir do século XV, incentivado pelo capitalismo mercantil que buscava em novas terras a expansão da comercialização de mercadorias. As novas cidades que iam surgindo nas colônias tinham como função principal a de produzir mercadoria. “As cidades coloniais tinham apenas um caráter político-administrativo, militar-defensivo e de recepção e escoamento de mercadorias” (SPOSITO, 1994, p.40). Nas cidades da Europa, diferentemente das localizadas nas colônias, além da produção também encontravam-se manifestações em torno da ciência, artes e demonstração de riquezas.

No século XVII, muitas técnicas são aperfeiçoadas, máquinas e utensílios são criados, os donos do dinheiro podiam investir em um novo tipo de produção que minimizava o tempo em um espaço menor, as fábricas. A mão de obra dessas eram constituídas por pessoas que vieram do campo e de artesãos que já moravam na cidade e perderam o controle de seu trabalho para os capitalistas. A produção artesanal que antes era forte nas cidades perde força e cai em colapso, devido à concorrência que se instala. O trabalho através do salário se acentuou e se tornou predominante, principalmente pela grande oferta de trabalhadores existentes. Nesse momento surge uma nova formatação para a Divisão Social do Trabalho.

Na metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, houve o desenvolvimento do capitalismo a partir do capital que estava sendo acumulado, investiu-se nos meios de produção e força de trabalho, fazendo com que se gerasse cada vez mais ganhos, principalmente a partir da mais valia<sup>1</sup>, conceito proposto por Karl Marx. O progresso científico e tecnológico se intensificava. Nesta circunstância é que surgem a máquina a vapor, os teares mecânicos e a indústria, esta última como sistema fabril de grande produção,

---

<sup>1</sup> Mais valia, conforme colocado por Harnereker e Uribe (1979, p. 46) “é o valor suplementar que o operário produz durante todo o tempo suplementar em que continua a trabalhar depois de produzir o valor da sua força de trabalho”.

consumindo energia não humana. A urbanização se acentuou e um fator importante foi fluxo migratório campo-cidade (SPOSITO, 1994).

A Grã-Bretanha, maior potência na economia mundial da época, foi a pioneira da industrialização na Europa, e manteve esse status industrial sozinha por cerca de cem anos após o início da Revolução Industrial, dos fins do século XVIII ao XIX. Nos anos seguintes, países como Estados Unidos, Alemanha, França e Japão também industrializaram muitas de suas cidades (SINGER, 2002). A industrialização em outras partes do mundo, como Ásia (exceto Japão), África e América Latina vai acontecer mais tardiamente.

Essa Revolução pujante inovou métodos para o trabalho, modernizou o campo, aumentou o comércio, expandiu comunicação e transporte, desenvolveu o crédito, melhorou a qualidade de vida da população e minimizou o valor dos produtos. A população em grande maioria nesse cenário foi se modificando, deixando de ser rural e se tornando urbana, a mortalidade diminuiu e o número de indivíduos aumentou (CARLOS, 2001).

O meio de produção passa da manufatura e do artesanal para o maquinário e o industrial, o homem que produzia com a força braçal na indústria utiliza a máquina que produz mais em menor espaço de tempo. O indivíduo passa a ser refém do próprio trabalho, com altas jornadas de serviço e exploração exacerbada, ficando dependente da máquina, não precisando pensar e nem usar a inteligência no momento em que se especializa em uma só tarefa, se tornando alienado. O trabalho não fica mais dependente das condições ambientais, a vida do operário fica totalmente submissa à indústria e regido por ela, a discrepância entre o proletariado e a burguesia se amplifica e as desigualdades de classes são salientes.

Para Sposito (1994), o crescimento da industrialização impulsionou o desenvolvimento da urbanização, essa entendida “no sentido de aumento da população que vive em cidades em relação à população total. Logo, este sentido pressupõe a diminuição relativa da população rural” (SPOSITO, 1994, p.49). Perante a temática, Santos (2008) relata que:

Assim a Revolução Industrial se apresenta como um novo ponto de partida para a urbanização no mundo e, se ela deu origem a uma presença humana cada vez mais importante nas cidades, também contribuiu para a multiplicação do número dessas aglomerações gigantescas que, dentro dos seus limites, concentram muitos milhões de habitantes (SANTOS, 2008, p.14).

A cidade passa a ser um polo de atração para as pessoas que vêm do campo, em busca de trabalho principalmente na indústria e na procura de melhores condições de vida, é o espaço de maior produção do capitalismo, é nela que seu estágio de desenvolvimento é maior. Com o inchaço populacional, a acentuação do processo de urbanização e concentração são inevitáveis. “Espacialmente, o desenvolvimento do modo de produção capitalista implica a tendência, não somente à aglomeração populacional (força de trabalho, população relativa), como também de meios de unidades de produção” (CARLOS, 2001. p.47). Em relação a essa urbanização impulsionada pelo aumento da indústria, Sposito (1994) enfatiza que:

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes de urbanização, no que se refere ao papel desempenhados pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades (SPOSITO, 1994, p.50).

O urbano é assim produto do progresso das forças de produção e das aglomerações encontradas na cidade, onde a produção se encontra mais avançada. A atividade industrial gerada pode se encontrar mais acumulada pela infraestrutura fornecida por determinado espaço, mas não se encontra sozinha, está conectada ao campo, serviços e a outras diferentes operações industriais, em movimento de trocas, impulsionados pelos meios de transportes. (CARLOS, 2001).

A urbanização nos países europeus é antiga e foi sendo acompanhada pelas mudanças tecnológicas. O crescimento urbano se acentua alcançando grande intensidade entre 1850 e 1900, se estabilizando entre 1900 e 1920 do mundo ocidental, devido a ocorrência de expressiva dispersão espacial da indústria. A diminuição da migração campo-cidade, natalidade e fatores relacionados às guerras do período foram condições importantes para esta estabilidade (SANTOS, 2008).

A industrialização impulsionou a busca por novos mercados e articulação entre os lugares, fomentando a conexão entre as cidades, e reforçou a divisão social de trabalho. O espaço era transformado para atender essa nova realidade, principalmente a partir do desenvolvimento de comunicação e transportes. Essa industrialização também aumentou as diferenças dos níveis de produção dos países “centrais” e os “periféricos” que possuíam grau



de capitalismo diferenciado, impulsionando a troca desigual entre produtos industrializados e primários (SPOSITO, 1994).

No princípio do século XX inicia-se a terceira fase do capitalismo, conhecido como Capitalismo Financeiro ou Capitalismo Monopolista. Essa nova forma do capital se consolidou de maneira desigual nos espaços do mundo, e adveio do anterior, da acumulação de riquezas, deslocando-se das áreas “desenvolvidas” para as “subdesenvolvidas”. Muitos países pobres economicamente e com baixo grau tecnológico já haviam adquirido independência política, mas continuavam sendo manipulados a partir da economia.

Para Sposito (1994), essa nova fase do capitalismo corresponde a uma nova fase da divisão internacional do trabalho, agora utilizando-se da troca de dinheiro e tecnologia, promovendo o processo de industrialização na “periferia” e a consequente troca desigual, gerando uma integração dos territórios em uma economia mundial. Ainda acrescenta que “o que se tem concretamente através das produções, diferentes entre as regiões/países, é um desenvolvimento desigual entre estes lugares, mas que estão articulados entre si, o que se manifesta numa urbanização com estes mesmos traços” (SPOSITO, 1994, p.63).

Como observa Carlos (2001), nesse momento, a articulação entre os espaços vai influenciar no aumento da produtividade e na busca do lucro, as unidades produtivas atravessam as fronteiras políticas e as firmas maiores procuram novos mercados. Segundo a autora:

Num primeiro momento, o modo de produção capitalista reproduz o urbano enquanto condição geral de produção; num segundo momento produz a articulação entre os espaços. Posteriormente, o desenvolvimento das forças produtivas – com a mundialização e internacionalização do capital- produz uma articulação espacial mundial a nível da formação econômica e social que gera o aprofundamento da divisão espacial e internacional do trabalho, onde a articulação entre os espaços dá-se através dos territórios nacionais, via mercado (CARLOS, 2001, p.53).

A relação dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos vai ocorrer nesse contexto a partir de desenvolvimentos distintos de atividades e espaços, acrescentados de uma ligação de dominação-subordinação, diferenciando-se no modo de sistema de produção capitalista, sistema esse que produz riqueza, pobreza e diferenças tecnológicas em um mesmo espaço. Com a criação das multinacionais, há um impulso do desenvolvimento do capitalismo nos

países onde são instaladas e um crescimento de produtos no mercado mundial, aumentando o caráter transnacional (CARLOS, 2001). “A data de 1950 constitui, pois, um marco e representa a incorporação do mundo subdesenvolvido a um novo nexos capitalista, comandado pela revolução científico-técnica e seu braço ativo, as empresas transnacionais” (SANTOS, 2008, p. 17).

Para Santos (2008), uma das principais características dos países subdesenvolvidos, a partir da década de 1950, foi o acelerado processo de urbanização, sendo o crescimento urbano desses maior que os dos países desenvolvidos durante o período de 1950-1960. O mesmo autor evidencia que:

A urbanização dos países subdesenvolvidos foi mais recente e mais rápida, efetuando-se num contexto econômico e político diferente daqueles países desenvolvidos. Tem características originais, que a diferenciam nitidamente da urbanização desse último grupo de países (SANTOS, 2008, p.21)

Segundo Singer (2002) os países capitalistas desenvolvidos e os não desenvolvidos possuem diferenças quanto à industrialização, no segundo grupo os efeitos socioeconômicos são mais amplos quando se trata de alterações tecnológicas, pois ramos inteiros de processo de produção são implantado juntos levando a estruturas econômicas a baques mais profundos. Juntamente, esses países terão que percorrer um caminho de inserção da população a economia de mercado, as mudanças estruturais e espaciais da economia, o que ocasiona migrações internas, que serão mais intensas que nos países desenvolvidos, nestes inclusive já ocorreu uma integração nesta economia de mercado.

A ocorrência da urbanização vai ser diferenciada na história e no espaço, determinado pela forma que acontece a subordinação/ dominação entre os países industrializados e dependentes (SPOSITO, 1994).

Os países subdesenvolvidos vão conhecer um aumento notável da população, principalmente em áreas urbanas, enquanto nas áreas não-urbanas ocorrerá excedentes de nascimento sobre as mortes. As cidades, principalmente em regiões industriais, receberão um fluxo migratório muito grande, vindo de lugares circunvizinhos, regiões próximas ou regiões industriais. O avanço na medicina e higiene são fatores que colaboram também para o aumento populacional, impulsionando o crescimento natural e o migratório (SANTOS, 2008).

Santos (2008) nos revela, usando dados estatísticos, que entre os anos de 1950-1960 a população urbana aumentou 59,3% nos países subdesenvolvidos e 31% nos desenvolvidos. Na década de 1960 o crescimento urbano foi maior na América Latina (71%) e na África (70%), ao passo que na Europa o índice era de 17% e na América do Norte somente 37%. A URSS e na Ásia Oriental foram exceções e tiveram crescimento elevado no pós-guerra. Neste período de 1960, a Ásia Meridional atingiu maiores indicadores de crescimento urbano entre 1940 e 1950, sofrendo posterior redução devido à separação entre Índia e Paquistão.

Esse crescimento populacional e o aumento da urbanização trouxe benefícios e diversas consequências espaciais, principalmente para as cidades, nos países subdesenvolvidos que estavam passando por um processo de industrialização. Muitas cidades não se encontravam preparadas para tantos imigrantes, e cresceram de forma desordenada e sem controle, com carências de infraestruturas, moradias, escolas, transportes coletivos e empregos formais a todos que estavam chegando, tal processo ajudou no desencadeamento de lugares de moradias ilegais, como as favelas, que em muitos países é bem presente e marcante na paisagem.

Muitas cidades cresceram e se desenvolveram, umas com populações de apenas milhares, e outras em milhões. A introdução da tecnologia foi um elemento impulsionador, mas não um fator único para o estabelecimento de indústrias internacionais e nacionais e posterior crescimento da industrialização e urbanização nos países em desenvolvimento. Essas mudanças não foram estabelecidas de forma igualitárias nos espaços dos países, muitas se concentraram em um mesmo espaço, como nas metrópoles ou em cidades com alguma vantagem locacional.

Nos dias atuais, de acordo com fontes da Organização das Nações Unidas-ONU (2012), metade da população mundial mora em cidades, crescendo de 750 milhões em 1950 para 3,6 bilhões em 2011, com estimativa de que quase 60% vai se encontrar em áreas urbanas em 2030. Calcula-se que o crescimento ocorrerá em 95% nos países em desenvolvimento, sendo mais significativo no continente africano e asiático, complementando 86% do total.

### **3. O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SIDERÚRGICO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS**

O Brasil no início do século XX era um país predominantemente agrário, não integrado entre as suas respectivas regiões e com diferentes espaços regidos por distintos interesses, atividades sociais e autoridades, constituindo-se em um território com diversas lógicas em toda a sua extensão geográfica, com incipientes processos de urbanização e industrialização, se comparados a muitos países europeus. Neste contexto, a população rural era bem superior à urbana, e as cidades encontravam-se distribuídas em diferentes pontos do território brasileiro, a maior parte próxima ao litoral.

A partir da década de 1930, com o governo do Presidente Getúlio Vargas, a industrialização obteve um relevante desenvolvimento no Brasil, predominantemente na região sudeste. A importante economia cafeeira que se instalara nessa região, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, foi uma grande estimuladora das mudanças regionais, e imprimiu significativas transformações sociais e materiais de sua atuação no território, como: infraestrutura de transporte, mão de obra estrangeira, trabalho assalariado, serviços bancários, considerável comércio e mercado consumidor.

Com essas alterações sociais, econômicas e materiais, somadas ao acréscimo da urbanização, da intervenção estatal e do incentivo de crescimento nacional pelo Estado, tais espaços se tornaram propícios para instalação de indústrias, que proporcionariam a minimização do modelo de importação de produtos estrangeiros. Dessa forma, foram estabelecidas as indústrias que forneciam produtos de bens de consumo interno, assim como outras empresas com interferência e participação direta do Estado, que iriam prover matéria prima e energia para o progresso nacional.

De acordo com Mello (2010), o Governo Vargas iniciou a constituição do centro estatal da economia, contemplando inicialmente diversos setores de base. O Estado Novo incentivou os setores referentes à: mineração de ferro, siderúrgico, de energia elétrica, petrolífero, sistemas de transporte, autopeça, químico, financeiro e tecnológico. A autora referencia alguns dos empreendimentos criados, como a Companhia Vale do Rio Doce (1944), Aços Especiais Itabira - ACESITA (1944), Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1945), Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF (1945), Petrobrás (1953), Fábrica

Nacional de Motores (1943), Cia Nacional de Álcalis (1943) e Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDE (1952).

O aumento do crescimento populacional, da urbanização e o modelo de industrialização nacional acontece de forma gradativa neste momento, ocorrendo de forma diferenciada no território. Assim como em diversos lugares do mundo, a transformação da mecanização gerada pelo aumento tecnológico e acumulação capitalista irá mudar consideravelmente o espaço geográfico e as relações sociais e de trabalho. Por conseguinte, fará das cidades, principalmente do sudeste, polos de atração de pessoas que migravam do campo, seduzidas por empregos no comércio, serviço e indústria, ou mesmo pela busca de melhores oportunidades, tendo em vista que muitos trabalhadores eram expulsos do campo pela mudança das relações com a mecanização ou conflitos gerados pelas relação dos latifundiários e os pequenos produtores rurais.

No governo getulista havia uma grande participação do Estado, baseada em uma economia de cunho nacionalista. O governo eleito após a morte Vargas, fruto do resultado da eleição presidencial, vai abrir caminhos e oportunidades para a entrada e participação do capital internacional na economia. A década de 1950, em virtude das mudanças que ocorreram no cenário político e econômico, com forte ideologia desenvolvimentista, conhecerá propostas de modernização e crescimento industrial importantes, instigadas pela política adotada por Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK). Diversas modificações foram centradas para as regiões Centro-Oeste e Nordeste durante os anos vigentes. A análise do contexto histórico se torna necessária para o melhor entendimento das políticas adotadas no passado que refletem na produção e mudanças de determinado espaço ao longo do tempo. Nesse sentido, também torna-se conjuntamente importante a compreensão das influências das diferentes escalas geográficas, como a nacional refletindo na regional e na local.

### **3.1 Políticas públicas no governo de Juscelino Kubitschek**

Após o suicídio do Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1954, as diferenças na política e parte da sociedade brasileira se tornaram mais expressivas. Segundo Ianni (1991, p.151), “o poder político brasileiro esteve em crise”. O autor relata que ao longo de dezesseis

meses entre o Governo de Getúlio e o de Juscelino, o Brasil foi governado por três diferentes presidentes: primeiro o vice de Vargas, João Café Filho, seguido do Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, e posteriormente pelo Presidente do Senado, Nereu Ramos. Skidmore (1998) destaca que nesses governos provisórios era preciso implantar mudanças importantes, pois a inflação não parava de aumentar, o déficit do balanço de pagamento não melhorava e a entrada de capital estrangeiro diminuía. Uma nova esperança de crescimento para economia adveio através da figura de JK.

Juscelino, candidato do Partido Social Democrático (PSD), foi eleito presidente do Brasil em 3 de Outubro de 1955. De acordo com Bojunga (2001, p.298), “de um eleitorado de 15.343.450 pessoas, compareceram as urnas 9.097.014 eleitores (59,3% do total). Juscelino ficou com 33,8% dos votos, na frente de Juarez Távora e Ademar Barros, respectivamente, com 28,7% e 24,4% da votação”. A eleição para vice-presidente era independente, o eleitor poderia escolher um candidato da mesma chapa do presidente ou mesmo contrária, de oposição, para ocupar o respectivo cargo. Com maior número de votos, quem se elegeu foi João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conhecido por muitos como Jango, da mesma coligação de JK.

Os opositores do novo governo, insatisfeitos com o resultado da eleição, articularam uma tentativa de golpe de estado, para impedir a posse do presidente e seu vice no Palácio do Catete, na capital federal, Rio de Janeiro. Com o apoio do exército, chefiado pelo General Henrique Lott, o golpe foi destituído e o país permaneceu em Estado de Sítio até o presidente tomar posse em 31 de Janeiro de 1956.

Com a façanha de permanência no poder até o ano de 1961, Kubitschek é considerado um dos poucos presidentes do período a concluir os anos completos determinados na Constituição Brasileira e a manter equilíbrio político, mesmo com a tentativa de golpe e de ferrenhos adversários políticos, como o jornalista Carlos Lacerda e os partidários contrários da UDN (União Democrática Nacional), que o desafiou e o criticou em todo seu mandato.

O presidente da República era um grande conciliador, e é perceptível que o mesmo tentava satisfazer as diversas classes sociais existentes. Se no governo de Vargas os ânimos estavam muito exaltados, Fausto (1995) evidencia que no início do período governamental de JK, os militares se acalmaram, o presidente acolheu as reivindicações da classe e indicou

postos estratégicos para os mesmos, como a presença das Forças Armadas nos principais cargos da empresa Petrobras. Schwarcz e Starling (2015) descrevem que o presidente, bom de cooptação, comprou um moderno avião para o Ministério da Aeronáutica e um porta-aviões britânico, além de atrair militares para ocuparem órgãos da administração federal e do planejamento.

Juscelino tinha como *slogan* principal de campanha fazer o Brasil crescer “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”. De fato, houve nos determinados anos uma significativa transformação da economia brasileira, assim como uma evolução efetiva do desenvolvimento nacional e da capacidade produtiva, tendo como base o aumento da produção industrial, de energia e o incentivo ao setor privado nacional e externo. O governo brasileiro propiciou ao capital estrangeiro estímulos para que novas indústrias se instalassem e se consolidassem no Brasil. Conforme Skidmore,

O dinâmico presidente prometeu “cinquenta anos de progresso em cinco de governo” e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transporte (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e aproximadamente, 4% *per capita* (SKIDMORE, 1996, p. 204).

Ianni (1991) apresenta quatro principais realizações no Governo JK: o Plano de Metas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Operação Pan-Americana (OPA) e Brasília. Apesar de serem implantadas de forma desiguais no território, a iniciativa queria apresentar soluções a alguns problemas que estavam acontecendo no país.

O historiador Fausto (1995) esclarece que o Estado promoveu amplas atividades na infraestrutura e na industrialização, atraindo capitais estrangeiros e oferecendo facilidades para a entrada desse em território brasileiro. O nacional-desenvolvimentismo do governo combinava o Estado, a empresa privada e o capital estrangeiro. Para vencer a burocracia, criou-se órgãos paralelos à administração pública, como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) no qual o autor o considera “inútil e corrompido”, e a Sudene, que era destinada a expandir a indústria no Nordeste, mas não teve todas as expectativas concretizadas. Um órgão que ganhou destaque foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros

(ISEB), criado em 1955 e subordinado ao Ministério da Educação, que funcionara como um importante apoio ao Plano de Metas, e contava com a participação de intelectuais, professores, militares e membros do congresso e dos ministérios.

A ênfase deste trabalho recai no Plano de Metas, pois é a partir da fixação dessa estratégia é que vai se implantar o relevante complexo siderúrgico do estado de Minas Gerais, a Usiminas. De acordo com Ianni (1991), o Plano de Metas tinha estes principais objetivos: abolir os pontos de estrangulamento da economia por meio de investimentos infraestruturais; expandir a indústria de base, a indústria pesada e de material elétrico; estimular o capital privado nacional e estrangeiro; atrair empresários estrangeiros juntamente com seu capital e tecnologia; estimular a poupança nacional e incentivar a modernização do processo de produção. Ademais, o autor realça que “as metas do programa governamental abrangiam quatro setores importantes da economia: energia, transportes, alimentação e indústria de base. Ao todo somavam trinta metas, incluindo-se a formação de pessoal técnico” (IANNI, 1991, p.164). A incorporação de Brasília, conhecida como meta síntese, vai advir um pouco mais tarde.

Nessa mesma perspectiva, Skidmore (1998, p.203) salienta que o Plano tinha como objetivo “unir o Estado e o setor privado numa estratégia de alto crescimento, com a finalidade de acelerar a industrialização e a construção da infraestrutura necessária para sustentá-la”. Ainda sobre o Plano, Schwarcz e Starling (2015) acrescentam que ele atribuiu ao Estado viabilizar um crescimento econômico acelerado, aprofundou a industrialização e privilegiou o setor de bens de consumo duráveis, alterando os hábitos e consumos, com a incorporação de eletrodomésticos, utensílios e vestuários fabricados em massa.

Muitas opções de produtos estavam sendo elaborados e fabricados no próprio território, e a diminuição da requisição de importações diminuía. Ianni (1991) revela que criava-se uma contradição a partir de tais políticas: a substituição de produtos de importação estava acontecendo, mas ao mesmo tempo importava-se tecnologia para outros novos empreendimentos, criando com isso novas exigências nas relações externas. Nessa medida, o setor industrial estava integrado à estrutura econômica mundial, tendo as empresas nacionais como mediadoras. Ainda nesse momento o autor retrata que:

Nessas condições, desenvolveu-se ainda mais o modo capitalista de produção no Brasil, como subsistema do sistema capitalista mundial. Em consequência,



acentuou-se a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna da sociedade brasileira. Isso significa que se desenvolveram também as desigualdades, desequilíbrios e contradições, algumas econômicas, outras sociais e políticas (IANNI, 1991, p.174).

A indústria no Brasil adentrou numa nova era, cresceu quantitativamente, sobretudo por beneficiar a participação do capital estrangeiro e por abrir espaço para variados tipos de fábricas, além disso alguns setores industriais aumentaram e outros foram criados. Se no governo anterior focava-se bastante em indústrias prioritariamente com capital nacional, a exemplo das indústrias nacionais de base, a nova fase abriu espaço para a produção de bens de consumo duráveis e continuou o foco nas indústrias de maior porte, como as referentes na fabricação de aço e ferro.

O momento era propício, muitos habitantes estavam chegando do campo para as cidades, e com o salário adquirido, estimulava-se o poder de consumo. Mas não podemos considerar que aconteceu de forma igualitária para toda população de trabalhadores, muitos bens ainda não podiam ser considerados populares pelo seu custo, apesar do aumento de vendas. O capital mundial surgia fortemente, diversas multinacionais atraídas pelos benefícios gerados pelo governo chegaram nesse momento, a exemplo das montadoras automobilísticas General Motors dos Estados Unidos e a alemã Volkswagen.

O setor de transporte foi bem favorecido, houve grande estímulo à indústria automobilística e ao consumo de carros e compras de caminhões, assim como vasto investimento e aumento da malha rodoviária nacional, que impulsionou e ajudou na manutenção de fluxos de pessoas e mercadoria pelo país, criando meios para maior interligação do litoral ao oeste brasileiro, que não muito era habitado, se comparado à costa.

A construção de Brasília, nova capital do país, na porção central do território brasileiro, além de se constituir um marco governamental acompanhado de um simbolismo ligado à modernidade e a esperança de crescimento nacional, desencadeou por consequência a construção de estradas, interligando a nova cidade às diversas regiões brasileiras. O centro político do país passou a se comunicar de forma mais expressiva com todas as regiões, sendo que com a região norte essa conexão adveio principalmente pela construção da rodovia Belém- Brasília, que propiciou maior acessibilidade da Amazônia ao Planalto Central.

O Brasil contava com 4 mil quilômetros de estradas antes de JK iniciar o mandato. De 1956 a 1960 Juscelino pavimentou mais 6 mil quilômetros, viabilizando uma rede de integração e aumentando a circulação de mercadorias entre áreas rurais e centros industrializados, criando novos mercados. Com a Belém-Brasília, a Amazônia foi inserida no mercado, fornecendo com isso uma alternativa para a diminuição das desigualdades que existiam entre as regiões (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O território brasileiro estava se tornando moderno, e as cidades eram o centro de excelência para execução do tendencioso plano. Para que as metas pudessem ser efetuadas, foram preciso grandes empréstimos, participação estatal e colaboração de investimentos externos. A entrada de capital estrangeiro, equipamentos mais modernos e multinacionais foram facilitada graças às vantagens ofertadas pela legislação brasileira. Países europeus, os Estados Unidos e o Japão que estavam em competição por mercados em expansão, encontraram novos caminhos para adentrarem com grande impulso no comércio nacional.

Algumas potências econômicas, além de montarem filiais de suas empresas no Brasil, se uniram ao capital estatal e particular nacional para fazerem novas fábricas, com participação acionária de ambos os lados. Outras adquiriram fábricas inteiras que não conseguiram se modernizar e competir com equiparidade aos produtos de maiores tecnologias que haviam se instalado. Com o aumento da produção, o propósito de diminuição de importações em algumas áreas estava tendenciado a ser objetivado, o que começara com Vargas, se intensificava com JK.

Se por um lado o desenvolvimentismo trouxe modernização, tecnologias, geração de empregos, aumento da urbanização, ocupação do centro e oeste brasileiro, foi dotado consigo alguns fatores que proporcionaram malefícios de âmbitos sociais, políticos e econômicos. A política adotada durante os cinco anos, conduziu como efeito colateral tendências nocivas que foram verificadas ao longo do tempo, como aumento da dívida externa e da inflação.

O historiador Vizontini (1995) explana que a forte industrialização começa a desacelerar em 1958, trazendo consequências negativas, como: inflação, greves, elevação do custo de vida, aumento do endividamento externo devido à queda das receitas geradas pelas exportações e a tendência a recessão.

Ainda ressalta que a crise da economia brasileira resultava das contradições da sua própria dinâmica e do contexto internacional que impulsionou o agravamento, como a recessão norte-americana que fez com que investidores tivessem retraimento e prudência, assim como uma postura do Fundo Monetário Internacional (FMI) que exigia saneamento da economia para liberar novos empréstimos, além de medidas drásticas de contenção de gastos e da inflação. De acordo com o autor, o país passava juntamente a concorrer com o Mercado Comum Europeu, que foi assinado em 1957 pelo Tratado de Roma. O Brasil aproximou-se ainda mais do Japão e aumentou a diplomacia na Ásia e África, sendo que esta última estava passando por um processo de descolonização.

Duras críticas foram feitas ao governo que se modernizou a custo do capital externo, parecendo não se preocupar com a quantidade de dinheiro que iria pagar no futuro, desde que ele pudesse ajudar no cumprimento do plano que fora estabelecido e que estava avançando. Foi se submetendo às exigências feitas para obter o empréstimo necessário, empurrando a dívida para seu sucessor, já que não iria conseguir sancionar o déficit em tempo hábil. Juscelino não focou seu governo na contenção da inflação, pois a redução da mesma implicaria cortes em pontos estratégicos que atrapalhariam o desenvolvimento e o progresso.

O meio rural continuava palco de grandes desigualdades sociais e conflitos, os latifundiários ainda exerciam grande poder nas questões políticas e regionais. Schwarcz e Starling (2015) ressaltam que a população que permanecia no campo era de 70% e a população urbana só viria a ultrapassar a rural no final da década de 1960, evidenciando também que o governo interferiu no campo apenas com propostas paliativas. Ainda complementam que:

Os desníveis de pobreza e desigualdade social entre campo e cidade e entre a Região Sudeste e Nordeste eram imensos, e a situação de carência da população pobre mantinha-se inalterada: faltavam escolas, não havia saneamento básico nem acesso à saúde. O trabalhador rural continuava excluído da legislação protetora do trabalho. (...) Enquanto Juscelino se dirigia ao mundo urbano e apostava na cidade como uma gigantesca fábrica de homens modernos, a mobilização da população rural passou a ganhar força e visibilidade- até se transformar na grande novidade política do início da década de 1960. (SCHWARCZ; STARLING, 2015. p. 424).

O autor Skidmore (1996) alerta que na execução do plano ignoravam-se áreas que estavam no Programa de Metas referentes à agricultura e a educação, e que a construção de

Brasília desviou a atenção para problemas do setor econômico e social, como reformas no setor agrário e nas universidades.

Percebemos que o período dos “Anos Dourados”, como ficou conhecido o governo de 1956-1961, trouxe consigo aspectos para se levar a uma reflexão perante a um Estado que queria sair da condição de subdesenvolvimento, como o Brasil era considerado junto com países latinos americanos, para uma condição mais favorável de país mais moderno e menos atrasado. A ênfase maior vai se dar a partir do aumento da industrialização de quais muitos países do norte já haviam passado, e se buscava alcançar. Apesar de prever no plano inicial uma menor desigualdade social e melhorias na educação, tais objetivos com o tempo foram sendo deixados para última instância.

As cidades foram privilegiadas com capital industrial e superior número de ocupações para os trabalhadores, assim como a oferta de energia e transporte. O espaço vai sofrer transformações imprimidas por relações de mudanças econômicas e políticas, em lugares estratégicos e de relevância momentânea. Contudo, mesmo com significativas transformações, a história do Brasil continua com a consolidação das vantagens e regalias as distintas classes sociais, salvaguardando os privilégios aos empresários nacionais e internacionais assim como o obsoleto sistema latifundiário que se engendrara desde o Brasil Colônia. Os militares, nessa conjuntura, ganham cargos privilegiados dentro da política nacional, adquirem poderes para comandarem algumas áreas, e participam ativamente de algumas decisões oficiais, o que vai se agravar e ser sentido mais duramente na metade da década de 1960, com o estabelecimento da ditadura militar.

### **3.2 Siderurgia Nacional**

A siderurgia se constitui um ramo da metalurgia e é responsável pela fabricação do aço, barras e chapas metálicas. A siderúrgica fabrica uma espécie de material mais bruto que são agregados a outras indústrias para fabricarem seu produto final. Para muitos, as siderúrgicas são conhecidas como indústrias de base.

No Brasil, as primeiras referências ao minério de ferro datam de 1554 com o Padre José de Anchieta, que informava a partir de uma carta a Portugal o achado do minério na

capitania de São Vicente. Porém, quem iniciou a exploração do produto no Brasil foi Afonso Sardinha, em 1590, no Morro de Araçoiaba, região próxima a Sorocaba, São Paulo. A atividade da fábrica que foi montada durou até 1629, essa atividade de mineração e fabricação foi deixada de lado pela busca do ouro. Nessa medida, a Metrópole não tinha interesse em fazer a colônia se desenvolver industrialmente (SOUZA, 1985).

Nos séculos XVII e XVIII houve um pequeno desenvolvimento da produção de ferro objetivando a fabricação de ferramentas para a exploração do ouro encontrado em Minas Gerais, mas nada expressivo. A condição de exploração do ferro só voltou a ser favorável com a ascensão de Dom João VI ao trono português. Segundo Souza (1985), a primeira tentativa da siderurgia nesse contexto foi a Fábrica de Ipanema em Sorocaba, que foi oficialmente criada em 1810, sob o comando do alemão Luis Guilherme de Varnhagen. Depois surgiram fábricas em Minas Gerais, as primeiras em 1815, conhecidas como Fábrica do Morro do Pilar no Arraial Morro do Pilar e a Fábrica Patriótica em Congonhas do Campo. As fábricas criadas no Governo de Dom João VI com o tempo foram fechadas, entrando em decadência junto com a mineração da época.

Em Minas Gerais, uma fábrica se destacou a partir de 1827, a Usina de Monlevade, construída pelo engenheiro francês Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade. O lugar escolhido foi próximo ao arraial de São Miguel do Piracicaba, atual município de Rio Piracicaba. Nesse lugar encontraram-se condições favoráveis para a instalação da fábrica de ferro e alguns equipamentos vieram do exterior para o empreendimento ser concretizado.

No ano de 1876, no governo de Dom Pedro II, mais um impulso aconteceu para o aumento da fabricação de ferro: a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, “sua principal finalidade era a formação de técnicos, brasileiros que se imortalizariam através das gerações sucessivas, na exploração das minas do nosso rico território e na construção de novas siderúrgicas, de que tanto se ressentia o nosso Brasil” (SOUZA, 1985, p.37). Em 1888, com a abolição da escravatura no território, iniciou-se o processo de construção de alto-forno dentro das siderúrgicas, o que as ajudou a não ficarem prejudicadas ao aumento da produção e a continuarem o rendimento da sua produção. Souza (1985) retrata que no mesmo ano, surgiu a Usina Esperança, em Itabirito, que foi a primeira usina com alto forno montada no país, seguida pela Usina de Miguel Burnier, a Usina União no sopé da Serra do Caraça e a Oficina Mecânica Mineira de Juiz de Fora.

Com a primeira Guerra Mundial, entre 1914-1918, são expostas as fraquezas da siderurgia nacional, dependente de produtos advindos do exterior. A redução da importação devido ao cenário vigente se constituía o momento propício para a consolidação da siderurgia no país. No início do século XX, o Estado, movido de interesses de desenvolvimento, oferece empréstimos para as pessoas que querem construir empresas que trabalham com ferro. A Siderurgia cresce de forma vertiginosa e são construídas muitas dessas fábricas em diferentes pontos do território.

Em 1917 é construída em Sabará-MG, a Companhia Siderúrgica Mineira. Com a vinda do Rei da Bélgica em 1920, houve a associação de um grupo industrial belgo-luxemburguês e a Companhia Siderúrgica Mineira para o desenvolvimento da siderurgia. Posteriormente, em 1921 foi constituída a Companhia Siderurgia Belgo Mineira. O ano de 1934 foi o marco para a construção da Usina e da Companhia Belgo Mineira, em Monlevade (SOUZA, 1985). Sobre essa usina Piquet relata:

A importância da Belgo Mineira não se deve apenas ao volume alcançado pela sua produção no período, mas ao fato de que consegue romper a recusa de colaboração dos grandes grupos internacionais do aço na importação da siderurgia no Brasil (PIQUET, 1998, p.48).

Em 1930 Getúlio Vargas inicia seu mandato como Presidente da República, e apesar de entender que a siderurgia brasileira é valorosa, o momento político não é propício a uma dedicação sobre a temática, pois a crise e o empresariado brasileiro estavam em formação. Quando em 1937 inicia-se um novo tipo de regime na política brasileira, Vargas anuncia a siderurgia como significativa ao Brasil, para a manutenção das ferrovias e para as indústrias de base. A siderurgia se torna assim motor central para o projeto de industrialização que estava sendo planejado. Em 1940, com contexto da Segunda Guerra Mundial, e com receio de uma aproximação do Brasil e Alemanha, os Estados Unidos emprestam dinheiro para o país construir no estado do Rio de Janeiro a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Este setor econômico adquiriu um amplo avanço nessa fase, assumindo o controle sobre muitas operações de sua fabricação. No ano de 1944, fundou-se a Companhia de Aços Especiais Itabira (ACESITA) e em 1953 a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA).

No governo de Juscelino Kubitschek, através da execução do seu Plano de Metas, é firmado em 1956 um acordo entre Brasil e Japão para a construção das Usinas Siderúrgicas de

Minas Gerais S.A (USIMINAS) no Vale do Rio Doce, no distrito de Ipatinga, pertencente ao município de Coronel Fabriciano, que viria a se tornar um dos maiores Complexos Siderúrgico do Brasil. Após a construção desta, conforme Souza (1985) surgiu ainda a Companhia Siderúrgica de Tubarão em Vitória- ES, em 1974, e a Companhia Siderúrgica Mendes Júnior S.A em Juiz de Fora em operação a partir de 1984.

A siderurgia, em um primeiro momento no Brasil, não teve muita importância, pois não era de grande interesse que a Colônia se desenvolvesse, mas sim que continuasse como fornecedor de produtos primários e de riquezas minerais. Com o tempo a iniciativa privada é que tomou as rédeas do desenvolvimento das siderúrgicas do país, e por muitos anos continuou assim. O Estado só passa a dar mais destaque para essas quando as importações de materiais para o desenvolvimento de algumas siderúrgicas diminuem com o período da guerra.

Com o objetivo de se expandir o processo de industrialização brasileira, inicia-se convênios com a iniciativa privada para facilitação na obtenção de recursos e tecnologia para a fabricação das usinas. A associação com diversas nações constitui-se um jogo político e de interesses em busca de benefícios para ambas as partes, Estado e capital privado.

A construção de uma siderúrgica ou outro empreendimento de grande porte e importância sempre vai estar intrinsecamente ligada à economia do país e ao grau de utilidade que determinado produto vai se constituir naquele contexto. O local para o desenvolvimento deste, além da oferta de matéria-prima, inicialmente, vai estar de acordo com o benefício que vai ser gerado aos diferentes tipos agentes que estão no poder. O empreendimento em questão vai vir sempre acompanhado de proventos, que muitas vezes vai se sobrepor às contradições e desigualdades que estão sendo gerados.

### **3.3 Usiminas**

A construção de uma indústria de base requer muito investimento financeiro e planejamento para ser concretizada. A participação efetiva do Estado é demasiadamente importante para a constituição da mesma, visto que ela representa uma significativa participação estratégica e política para o desenvolvimento de um território. O jogo político e

de disputa entre o eixo Rio de Janeiro- São Paulo- Minas Gerais é antigo, e no período da década de 1940 e 1950 ainda não deixava de se constituir de maneira exacerbada. Com as nuances provocadas pela industrialização, a rivalidade deste trio e das elites locais e estaduais só veio a aumentar, principalmente com a construção da siderúrgica CSN em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. No estado de São Paulo no mesmo período já havia diversas indústrias em variados setores, e a siderúrgica COSIPA que poderia aumentar ainda mais a expansão e participação automobilística no conhecido ABC Paulista. Minas dentre os três é o que se constituía com menor participação industrial.

O governo JK, como foi anteriormente mencionado, estava motivado em abrir a economia para a participação do capital estrangeiro, e o Japão soube utilizar a fase para se relacionar com o Estado. Em busca de maiores competitividade, “o governo e o empresariado japonês começaram a demonstrar interesse na exportação de tecnologia siderúrgica para o Brasil, como uma forma de viabilizar o desenvolvimento econômico do Japão, devastado pós-segunda guerra mundial” (EMMENDOERFER, 2004, p.89). Uma aproximação nipo-brasileira foi inevitável, pois de um lado estava o Japão que queria mostrar a sua tecnologia para o ocidente que era constituído de antigos rivais e do outro um país com falta de recursos e tecnologia suficiente para a criação de uma empresa de grande porte.

É nesse momento que Minas irá conseguir a sua vultosa siderúrgica, idealizada a tempos. O projeto de construção da mesma vai ser elaborado pela FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), constituindo-se em 1956, com imenso apoio federal que ajudará tanto no capital quanto no apoio político, juntamente como o governo do estado que também manifesta sua participação no empreendimento. No plano, propõe-se a edificação da Sede da Usiminas na cidade de Belo Horizonte, e a localização da usina ainda fica para ser decidida. A confirmação do país oriental no empreendimento e a fundação da empresa vão acontecer somente em 1957, pelo acordo “Lanari-Horikochi”.

No intervalo de criação pela FIEMG e da assinatura do acordo, os japoneses vieram em missão visitar Minas Gerais para conhecer melhor os minérios encontrados no estado e a viabilidade da parceria. Uma missão brasileira chefiada pelo engenheiro Amaro Lanari Junior foi ao Japão no mesmo ano. No ano seguinte, em 1957, é que Horikoshi chega ao país para assinar o protocolo de participação do Japão na organização.



Tuler (2007) informa que o capital da Usiminas ficou dividido em: 40% para o Governo Federal, 20 % para o Governo de Minas Gerais e 40% com os japoneses. Diversos grupos se mantinham dentro da composição acionaria, o grupo Usiminas (1990) destaca em relação aos brasileiros, o Governo Federal e Estadual, a Vale do Rio Doce, a CSN, a Acesita, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o Banco Mineiro da Produção, o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e importantes acionistas individuais da indústria, do comércio, da área financeira e de profissões liberais, contrastando com o Japão, em que os acionistas eram representados pela sociedade Nippon Usiminas Kabushiki Kaisha, que tinham participação de grandes siderúrgicas e de equipamentos pesados.

A escolha do local para a construção da indústria possuía forte tendência para privilegiar a região leste do estado, no Vale do Rio Doce, o que foi decidido de forma concreta na Assembleia Legislativa do estado. Entre Governador Valadares e Ipatinga, os japoneses contribuíram de forma decisiva na escolha do lugar:

A decisão final da questão foi tomada após os estudos da Missão Preparatória Japonesa, organizada em maio de 1958, sob a chefia do diretor-técnico da Usiminas, Yoshio Shiraishi, que, juntamente com o Grupo de Estudos Brasileiros, propõe à diretoria da Usiminas construir a usina na vargem de Ipatinga, que apresenta melhores condições topográficas e de transporte. A diretoria vota por unanimidade esta solução, em reunião de 29 de julho de 1958, por estar convencida das vantagens técnicas e econômicas de Ipatinga (USIMINAS, 1990, p.57).

Moraes (2009 *apud* PIMENTA, 1967, p.167) nos oferece uma tabela (figura 2) que vem nos ajudar na melhor compreensão dos fatores de avaliação para a instalação da Usiminas.

**FIGURA 2-** Fatores de avaliação para a escolha da localização da Usiminas

Fatores de avaliação para escolha da localização da Usiminas

Fatores	Valor dos Fatores	Belo Horizonte	Vale do Paraopeba	Lafaiete	Ipatinga (Acesita)	Governador Valadares
1. Topografia e Possibilidade de Expansão .....	0-5	2	1	2	4	5
2. Valor do terreno .....	0-5	1	3	3	5	2
3. Localização da Matéria-Prima .....	0-20	10	10	10	15	10
4. Transporte Ferroviário e Rodoviário .....	0-10	10	4	4	8	8
5. Captação de água .....	0-20	5	10	5	20	20
6. Fornecimento de Energia Elétrica .....	0-10	8	5	5	10	8
7. Distância do Porto de Vitória .....	0-20	5	1	1	15	20
8. Distância do Rio e São Paulo .....	0-10	8	5	8	2	3
9. Obtenção de Materiais de Construção .....	0-10	10	6	6	4	4
10. Existência de Habitação .....	0-5	5	0	0	2	2
11. Serviços de Utilidade Pública .....	0-5	5	0	0	3	4
12. Obtenção de Mão-de-Obra .....	0-10	10	3	3	5	7
13. Transporte Aéreo .....	0-2	2	0	0	1	0
14. Existência de Indústrias Correlacionadas .....	0-30	15	0	3	25	5
<b>TOTAIS .....</b>	<b>162</b>	<b>96</b>	<b>48</b>	<b>50</b>	<b>119</b>	<b>98</b>

Fonte: PIMENTA, D. J. USIMINAS – empresa nipo-brasileira. In: \_\_\_\_\_. Implantação da grande siderúrgica em Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 1967. p. 163-214. Informação: p. 167.

Fonte: Moraes 2009 apud Pimenta, 1967, p.167

Analisando a tabela acima, percebemos que no período que arquitetaram o provimento da empresa, haviam cinco possíveis lugares cotados para a construção da Usiminas, dentre

eles Belo Horizonte, Vale do Paraopeba, Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, pertencente a Coronel Fabriciano e Governador Valadares. Levou-se em conta uma série de requisitos para a decisão do local onde ela deveria ser instalada, somando-se 14 fatores, interligados a geografia, logística, economia, recursos naturais, energia e aspectos sociais como mão de obra. Os fatores possuíam no total o valor de 162, e Ipatinga tomou a dianteira com o maior número, 119, destacando-se em vários quesitos como valor do terreno, captação de água e fornecimento de energia elétrica. Seu território se encontrava rente ao Rio Piracicaba em confluência com o Rio Doce, próximo à usina hidrelétrica de Salto Grande e a Usina de Sá Carvalho, além de se localizar não muito longe das matérias primas que iriam advir do Quadrilátero Ferrífero e escoar sua produção no porto de Vitória, pela Estrada de Ferro Vitória-Minas que ali já passava. Além do mais, pode contar com isenções fiscais estadual por cinco anos e municipal por seis anos.

Em 16 de Agosto de 1958, o então presidente da república Juscelino Kubitschek, cravou a estaca da Pedra Fundamental da Usiminas, marcando o início da construção da Usina Intendente Câmara, em Ipatinga. Estiveram presentes diversas autoridades sociais e políticas, e se demonstravam os diferentes interesses que circuncidavam a empresa naquele momento. Ainda foram saudar a inauguração os trabalhadores e a população local.

Além de JK, compareceram: o governador do estado - José Francisco Bias Fortes -, o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - Lucas Lopes -, o embaixador do Japão no Brasil - Yoshiro Ando -, o primeiro presidente da Usiminas - Amaro Lanari Júnior -, o Arcebispo de Mariana - Dom Helvécio - e o diretor da empresa - Yukishi Sugihara (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984).

A primeira etapa da construção da usina realizou-se de 1958 a 1962, tornando-se importante enfatizar que com os anos ela foi se ampliando e realizando novas e maiores operações. Apesar de todas as dificuldades encontradas no distrito (tais como: falta de infraestruturas, comércio, transporte e mão de obra), em 26 de Outubro de 1962 inaugura-se oficialmente a Usina Intendente Câmara, iniciando seu processo de operação. Para a inauguração do Alto Forno de nº 1, contou-se com a presença do presidente da República João Goulart, que acendeu o forno com o fogo que viera de Ouro Preto e representava os Inconfidentes Mineiros. Ao lado estavam presentes o governador mineiro, Magalhães Pinto, e o embaixador do Japão no Brasil.

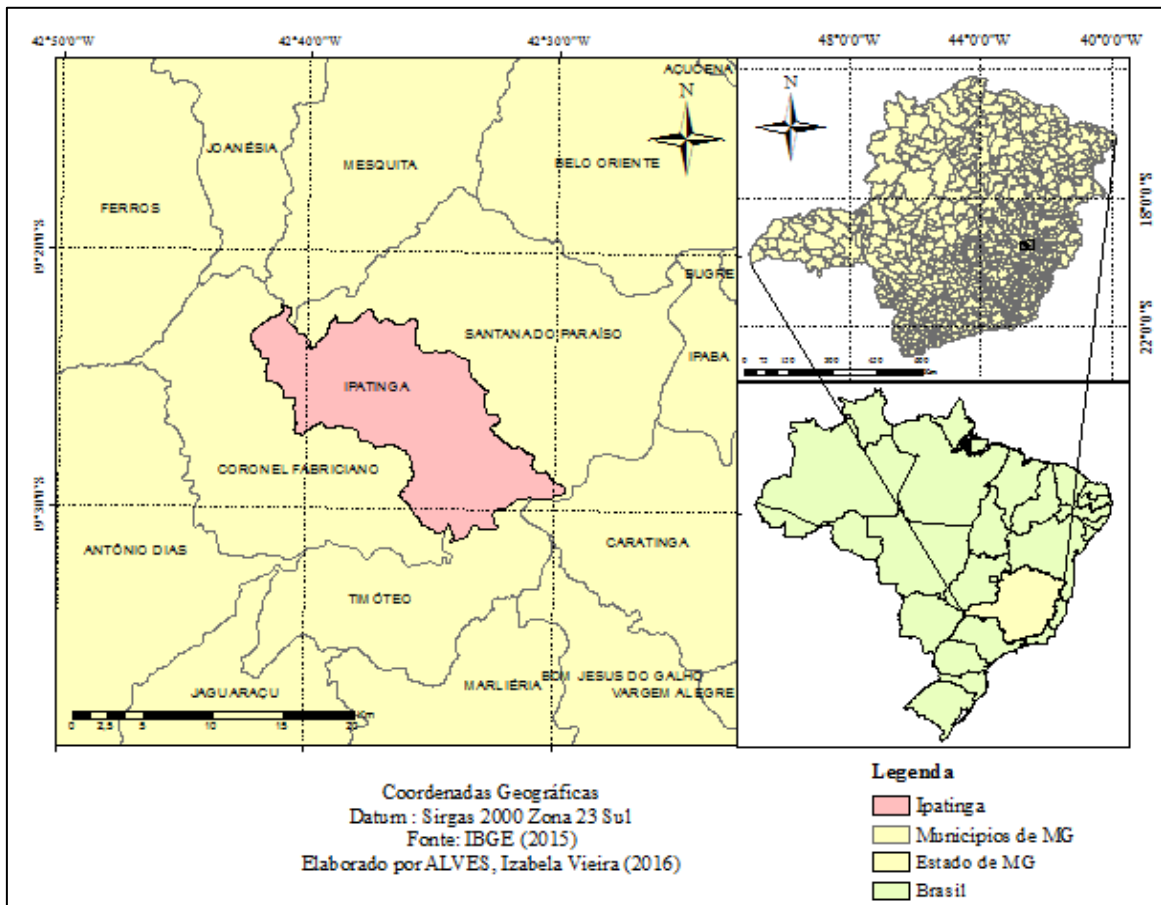
A inauguração da Usina é dotada de um grande simbolismo de progresso e modernização. A elite mineira conseguira realizar um antigo sonho, de um complexo siderúrgico deste porte no estado, pois a matéria prima retirada do Quadrilátero Ferrífero era beneficiada em outros lugares, os lucros da transformação não eram usados para industrialização estatal. Junto com a Acesita em Timóteo e a Belgo em João Monlevade, a região tornou-se uma dos principais conjuntos da categoria no país, que além de dispor das minas de minério de ferro, também estava atribuída de tecnologia para a sua transformação.

Diversos agentes foram envolvidos nessa gama de interesses, que contou, ainda, com a participação da FIEMG e de muitos empresários para dar o pontapé inicial de solicitação da siderúrgica ao presidente mineiro, JK, para a realização da maior participação do estado na acentuada industrialização e transformação que estava acontecendo no país. Além disso, o Japão, que viera a ser devastado na Segunda Guerra, estava distante do ocidente e a conveniência para mostrar sua tecnologia e participação no mercado mundial trouxera uma maior conexão com o mercado que estava em expansão.

#### **4. ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE IPATINGA A PARTIR DA USIMINAS**

O território de Ipatinga, nos primórdios do século XX, pertencia a Antônio Dias, passou a Distrito de Coronel Fabriciano em 1953, e se estabeleceu nesse caráter até sua emancipação, no ano de 1964. O município de Ipatinga localiza-se na região Leste do Estado de Minas Gerais (Figura 3), na Mesorregião do Vale do Rio Doce e na Microrregião de Ipatinga. Junto com outros municípios, integra a Região Metropolitana do Vale do Aço, criada na década de 1990 e efetivada no ano de 2006. Possui como municípios limítrofes Coronel Fabriciano, Timóteo, Mesquita, Santana do Paraíso e Caratinga.

**FIGURA 3:** Mapa de localização do município de Ipatinga



Elaboração: Izabela Vieira Alves, 2016.

No que se refere aos dados populacionais e físicos, segundo o IBGE (2016), a população municipal era composta de 239.468 habitantes no ano de 2010, com estimativa de aumento para 257.345 habitantes em 2015. Encontra-se em uma área de 164,884 km<sup>2</sup>, dentro do bioma da Mata Atlântica. De acordo com a publicação da Câmara Municipal de Ipatinga (2005), o município se estabelece a 217 km de Belo Horizonte, possuindo uma altitude média de 220 m acima do nível do mar e um relevo 55% plano, 30% ondulado e 15% montanhoso. A cidade, em décadas recentes, vem se destacando pela qualidade de vida, pelo seu saneamento básico com água 100% tratada, grande índice de área verde por habitante e baixo analfabetismo.

Quanto à criação do seu nome, possui duas versões bem conhecidas. A primeira se constitui no princípio de IPA advir de Ipanema e TINGA de Caratinga, junção de parte dos nomes de dois municípios próximos. A segunda aponta que o nome provém do Tupi, e significa Pousa de Água Limpa (REVISTA IPATINGA ANO 20,1984).

A história de Ipatinga e seu desenvolvimento político e econômico estão totalmente interligados com a geopolítica e história do Estado Brasileiro. Este, junto com grupos das elites mineiras, determina um novo fluxo de investimento a partir da intensificação da industrialização de um lugar específico. A Siderurgia vem proporcionar modificação na construção e surgimento de cidades que se localizavam em uma área não muito povoada no leste do estado. Em poucas décadas a região metropolitana com suas quatro principais cidades e mais vinte e quatro no seu colar metropolitano no ano de 2010 vem a concentrar 715 mil habitantes. A trajetória de Ipatinga vai se confundir e se entrelaçar com a história da Usiminas.

#### **4.1 Os primórdios da estruturação urbana**

Para o melhor entendimento das modificações e das relações que ocorrem ao longo do tempo, o trabalho com a Geografia se torna fundamental. A Ciência Geográfica constitui-se de grande relevância para uma maior compreensão da conexão existente entre homem e meio. A troca entre ambos acontecerá no espaço geográfico, principal objeto de estudo da Geografia. O espaço vai ser transformado constantemente, pelos interesses sociais, políticos e econômicos das diferentes sociedades, mediado pelo uso das técnicas.

Santos (2006) vem definir o espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Os fixos que são elementos fixados, que permitem ações de modificação no lugar, e os novos fluxos recriam condições sociais e ambientais, redefinindo o lugar, resultado das ações que se instalam no fixo, modificando seu valor, juntamente se modificando também. Acrescenta que o espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p.39).

Corrêa (2012, p.36), debatendo sobre a temática, exprime que “No processo de organização de seu espaço o homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo seus atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos”.

É perceptível que o território de Ipatinga foi escolhido para atender aos interesses de certos grupos dominantes, que abrangiam e eram compostos por esferas empresariais estaduais, pelos governos federal, estadual e municipal, e pela iniciativa privada internacional, especificamente empresários japoneses acionistas da Usiminas. Esses grupos utilizaram a indústria como principal fixo, e objeto de sedução e atração para diversos fluxos. O Distrito de Ipatinga vai se transformar pela participação e influência dessa empresa nascente, na modificação espacial. O poder da Usiminas continuará se emanando mesmo com a emancipação, por muitos anos, pois os acionistas possuem a consciência que o maior capital econômico vai ser gerado pela fábrica.

Essa cidade industrial vai ter o crescimento desde o começo voltado para atender a indústria e sua mão de obra. Segundo Costa e Monte-Mór (1995), esse tipo de cidade exibe características diferentes das cidades políticas. A cidade industrial se organiza em função das solicitações da empresa, atendendo a demanda da reprodução coletiva da força de trabalho, assim como os requisitos das condições de produção imposta pela indústria. A integração da força de trabalho no espaço constitui-se sua condição de existência. Acrescentam além disso que o espaço formado pela empresa apresenta maior rigidez e controle, passando a ser uma extensão do espaço da produção da usina. A exclusão de força de trabalho que não se ocupa diretamente na indústria tem se apresentado constante nas estratégias capitalistas de gestão dessas forças.

Piquet (1998), que estuda sobre categorias de cidade voltada para o capitalismo industrial no Brasil, assinala que o ingresso deste tipo de segmento da indústria, que provoca mudanças na economia brasileira, vai constituir um novo tipo de cidade-empresa, não mais se baseando na figura física do empresário, mas sim da empresa como instituição. Dentre as diversas cidades envolvidas no estudo da autora, são contempladas as pertencentes ao Vale do Aço, que abrigam siderúrgicas. A entrada de capital privado no investimento ajudará na formação das cidades “mono-industriais”.

Esse tipo de cidade atende a condição de uma única empresa dominante que interfere na produção do espaço urbano municipal, provendo grande número de empregos e de fabricação de bens que sustentam a economia local. O setor privado em um primeiro momento possui significativo prestígio e autoridade no comando da cidade, podendo até mesmo se constituir superior ao poder público. Este último, em muitos casos, passa a ter controle secundário nas decisões mais importantes de mudanças estruturais assim como as relacionadas às relações sociais.

Em meados da metade do século XX, muitas dessas cidades que serviam diretamente as Companhias já tinham se espalhado pelo mundo, no Brasil lugares com tais particularidades ainda estavam restritas a algumas áreas. Volta Redonda com a CSN e o Distrito de João Monlevade com a Belgo Mineira já eram exemplos de espaços que se desenvolveram a partir da instalação de uma indústria. As cidades brasileiras em grande maioria foram criadas e se desenvolveram ao longo da história por influência de ciclos econômicos ou por fatores de ordem política.

Na década de 1930 em algumas áreas onde se encontravam a futura cidade de Ipatinga, a empresa Belgo-Mineira compra quantidades significativas de terras para a exploração de carvão vegetal objetivando-se alimentar o alto-forno da siderúrgica (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984). Muitos carvoeiros com suas famílias estabeleceram-se no local, dando origem a um vilarejo que além da produção do carvão tinha como atividades a plantação para a subsistência e a criação de animais. Mais tardiamente, o local cumpriu o papel de rota de passagem e suporte para trabalhadores que estavam em direção a Usina Hidrelétrica de Salto Grande, também localizada no Vale do Rio Doce. A região da mesma forma exerceu significativa importância na extração de madeiras, utilizadas por empreiteiro na manutenção da estrada de Ferro Vitória-Minas que ali passava.

Com a atividade de carvoaria que se instalara, diversas fazendas foram surgindo através da derrubada das áreas da floresta nativa. Em consequência, no lugarejo, foram se estabelecendo inúmeros fazendeiros e carvoeiros. Somando-se a eles, existiam os pequenos comerciantes, que forneciam mantimentos para o fluxo de pessoas que passavam rumo à hidrelétrica e para aqueles que seguiam pela estrada de ferro. Os trilhos que eram encontrados na margem do Rio Piracicaba no princípio foram mudados de lugar, de forma que o mesmo atravessasse a vila.



Em 1958 a vila de Ipatinga possuía 300 habitantes e 60 casas. No mesmo ano vieram às primeiras máquinas com muitas levas de homem para se construir a indústria (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984). Milhares de homens chegaram para construção da infraestrutura da Usiminas no final da década de 1950. No início a maioria dos trabalhadores eram braçais, de cidades próximas, contratados por empreitas (TULER, 2007).

Freitas (2008) expõe que diversos obstáculos surgiram no início da construção da Usina Intendente Câmara, dentre eles a estrada que servia de passagem de caminhões que transportavam material de construção e equipamento entre o trajeto de João Monlevade a Timóteo em época de chuva. A Serra do Espinhaço tornava-se obstáculo, não tinha asfalto, e era preciso constantes trabalhos com tratores para desobstruir as pistas. Além da logística, os casos de malária em Ipatinga eram altos, e médicos contratados pela usina com o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU) tiveram que agir para ajudar na diminuição do problema de saúde pública.

No início de 1960, Ipatinga carecia de infraestrutura, saneamento básico, pavimentação, rede elétrica, hospital e material necessário para construção de casas. A água para consumo era buscada em lombo de animais, o comércio local era ínfimo e o transporte se constituía precário, tornando-se mais nocivo em época de chuva. Para receber atendimento médico tinha-se que ir à sede do município de Coronel Fabriciano, e com o vulnerável sistema terrestre para se realizar o deslocamento, a chegada ao destino se tornava demorada e exaurida. Pela ferrovia, o processo também era prolongado, só existia um horário de ida e um de volta por dia.

Ipatinga constituía-se inviável para receber as milhares de pessoas que estavam previstas para chegar no desenvolvimento do empreendimento. De acordo com relato de pioneiros locais, através de entrevistas concedidas a revista *Homens em Série*, pela Prefeitura Municipal de Ipatinga (1991), era constante o descaso do prefeito da cidade pelo Distrito, do qual praticamente nada fazia para uma melhora da qualidade de vida local.

No início da construção da Usina Intendente Câmara, Ipatinga possuía 300 habitantes. Na década de 1960 a mesma viu a população se expandir para 9.114 pessoas, e na década seguinte, segundo o Censo, passou a contar com 48.372 habitantes, um crescimento de 430% no decênio, constituindo-se o mais elevado das cidades brasileiras (FUNDAÇÃO JOÃO

PINHEIRO, 1974). De acordo com fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) na década de 1980 a população era de 150.318, chegando a 239.468 em 2010. Percebe-se que a partir de 1970 mais de 90% do contingente populacional possuía características urbanas, obtendo o maior percentual, de 99,31%, no censo de 1991 (Tabela 1).

**TABELA 1: CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO E RURAL DE IPATINGA-MG, ENTRE O PERÍODO DE 1970-2010.**

<b>Crescimento Populacional</b>					
Ano do Censo	População Geral	População Urbana	%	População Rural	%
1970	47.882	44.721	93,40	3.161	6,60
1980	150.318	149.143	99,22	1.175	0,78
1991	180.069	178.830	99,31	1.239	0,69
2000	212.496	210.895	99,25	1.601	0,75
2010	239.468	236.968	98,96	2.500	1,04

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2016.

#### **4.2 A indústria e as primeiras grandes rupturas**

A notícia da construção da Usiminas se espalhou pelo Brasil através dos meios de comunicação, como jornais impressos e rádios, e antes mesmo do início da construção da siderúrgica começaram a chegar diversas pessoas em busca de emprego. Dentro do mesmo espaço, foram se formando diversas territorialidades, além dos moradores que já habitavam o local, chegaram no Distrito de Ipatinga gente de todo o Brasil. Acrescenta-se os japoneses que vieram trabalhar na usina como técnicos e engenheiros, e pessoas de descendência árabe, que eram importantes principalmente no comércio.

Diversos foram os sujeitos que ali se estabeleceram. Operários que vieram de toda parte do Brasil, as prostitutas que chegaram em busca de sobrevivência, os posseiros,

comerciantes e especuladores que buscavam ganhar dinheiro com loteamentos, os excluídos que mendigavam e os religiosos que buscavam criar igrejas (SOUZA, 2007).

Freitas (2008 *apud* DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1972), informa que o estudo realizado pela instituição aponta que 56% da população que chegou a Ipatinga era de origem rural ou quase rural, advindos de lugares com até 5 mil habitantes. Apenas 3% nasceram em cidades com mais de 100 mil habitantes, e os outros 42% eram de cidades entre 5.000 e 100.000 habitantes.

Devido à deficiência de habitações, a Usiminas construiu inicialmente alojamentos para os seus trabalhadores. As casas eram feitas de madeiras e abrigavam cem pessoas em uma única unidade. Dormiam em beliches sem nenhum conforto. Como ainda se constituíam insuficientes devido ao grande contingente de pessoas, foram criando-se “repúblicas de operários”, as pensões também permaneciam todas cheias. Chegava-se a alugar cama, e não quarto. Fazia-se rodízio das mesmas, já que muitos operários trabalhavam de turno (TULER, 2010).

Um número significativo de pessoas não parava de chegar no Distrito na esperança de trabalho, alguns chegavam sozinhos e outros com família já formada. O vilarejo não se constituía com capacidade e infraestrutura suficiente para absorver tantos indivíduos. A Usiminas procurava selecionar um pouco mais os funcionários, os que não conseguiam trabalhar diretamente nela iam para empreiteiras, não conseguindo emprego, algumas pessoas se alojavam nas ruas ou em ambientes bem precários.

A infraestrutura que foi enfatizada e ganhou importância desde o início foi à voltada para a construção da siderúrgica. É perceptível que nesse primeiro momento a vila que ia receber esse grande contingente de mão de obra não foi pensada. Os operários das empreiteiras tentavam sobreviver nas poucas casas existentes do arraial e os da Usiminas iam morar em alojamentos precários.

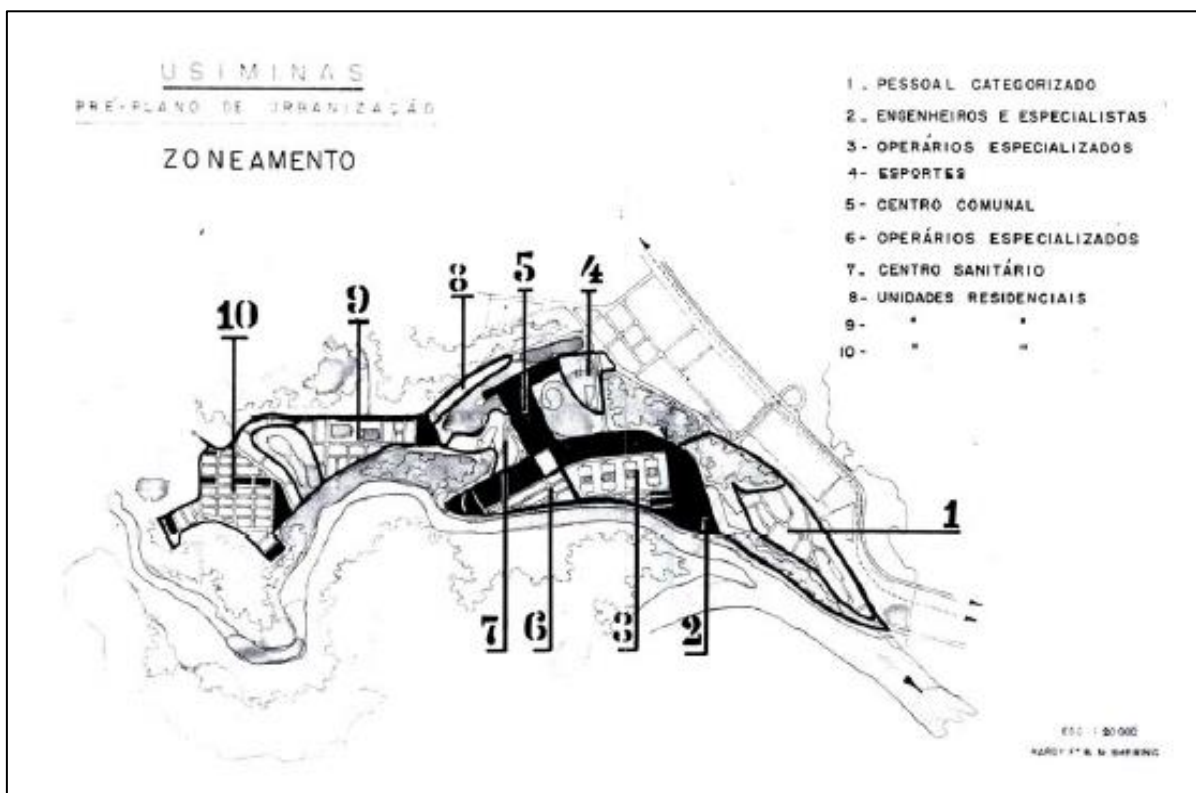
A Usiminas produziu alojamentos provisórios para os operários e engenheiros nos bairros Horto, Maringá e Candangolândia (ambos formam o atual bairro Amaro Lanari, pertencente ao município de Coronel Fabriciano). Com o intuito de incentivar que eles permanecessem com suas famílias em meio aquele ambiente inóspito, a empresa decidiu criar

sua própria Vila Operária, inspirada no modelo de modernização que se pautava na época, junto com uma arquitetura modernista.

Mendonça (2006) relata que através de um processo seletivo para a escolha do arquiteto que ia elaborar o plano de urbanização e das habitações, o escolhido foi o mineiro Raphael Hardy Filho. O arquiteto contou com a colaboração de Marcelo Bhering, outro arquiteto, para o desenvolvimento do projeto, juntos fizeram o pré-plano de urbanização (Figura 4). A urbanização de Ipatinga vai estar ligada ao processo industrial que se instala através da consolidação da indústria.

O plano dessa cidade operária realizado pelo arquiteto foi aceito em 1958. O projeto foi avaliado e aprovado pelo renomado urbanista e arquiteto Lúcio Costa, autor do Plano Urbanístico de Brasília. A proposta de Hardy Filho foi executada levando em conta as exigências da fábrica.

**FIGURA 4:** Pré-plano de urbanização da vila operária da Usiminas.

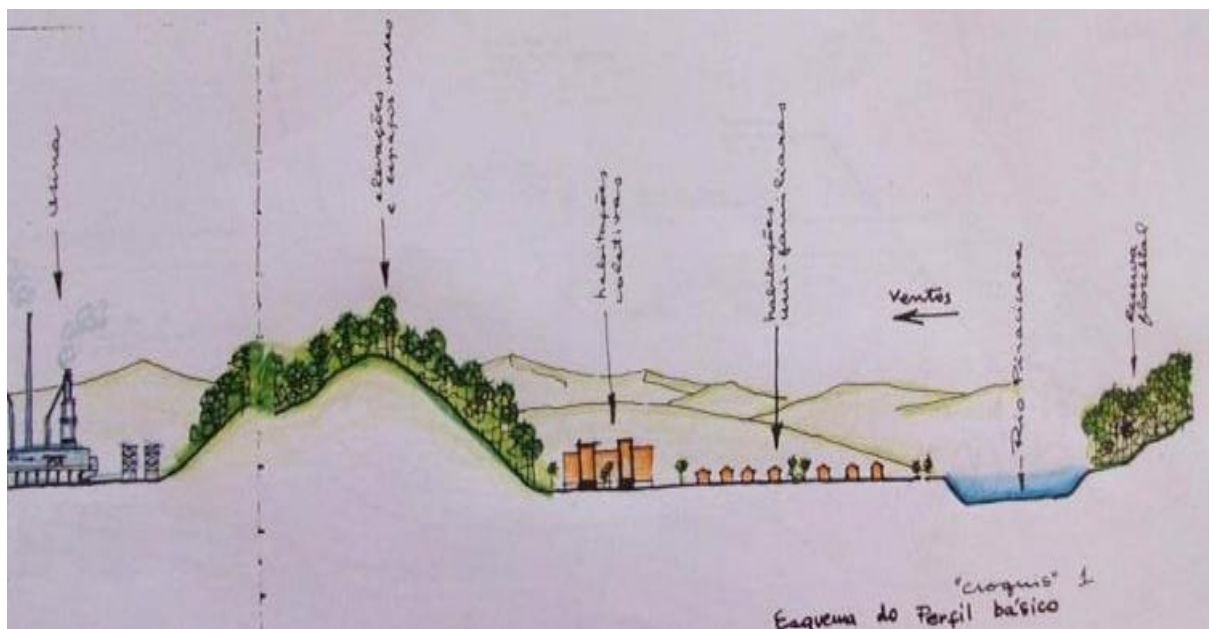


Fonte: Mendonça (2006, p.66).

A Usiminas não só criou condições para alojar seus funcionários e empregados da construção civil, como criou um plano de urbanização que assegurava a expansão urbana. O arquiteto escolhido foi incumbido de fazer um trabalho que detalhasse o projeto da cidade que ia se formar em Ipatinga. A localização exata do início do plano foi delineada entre o Rio Piracicaba e a Usina, levando em conta as elevações arborizadas, que atuariam como uma cortina natural contra a poluição (USIMINAS, 1990).

O projeto dos arquitetos também considerou a mata atlântica que existia no local. Os bairros foram projetados para ocupar áreas planas e topos de morros. Foi estipulado que entre estes bairros se deixassem áreas verdes livres. Nos morros mais íngremes ia se preservar a cobertura vegetal existente. As “cortinas verdes” e os morros também iriam cumprir papel de isoladores naturais de ruídos e de separação da Usiminas. Quando possível, também exerceriam função de redutores de poluentes sólidos que saíam da usina em direção aos bairros. Até a direção do vento foi levada em conta para a realização do projeto de urbanização (Figura 5) (DIAS, 2011).

**FIGURA 5:** Esquema perfil básico do pré-plano urbanístico para implantação da vila operária.



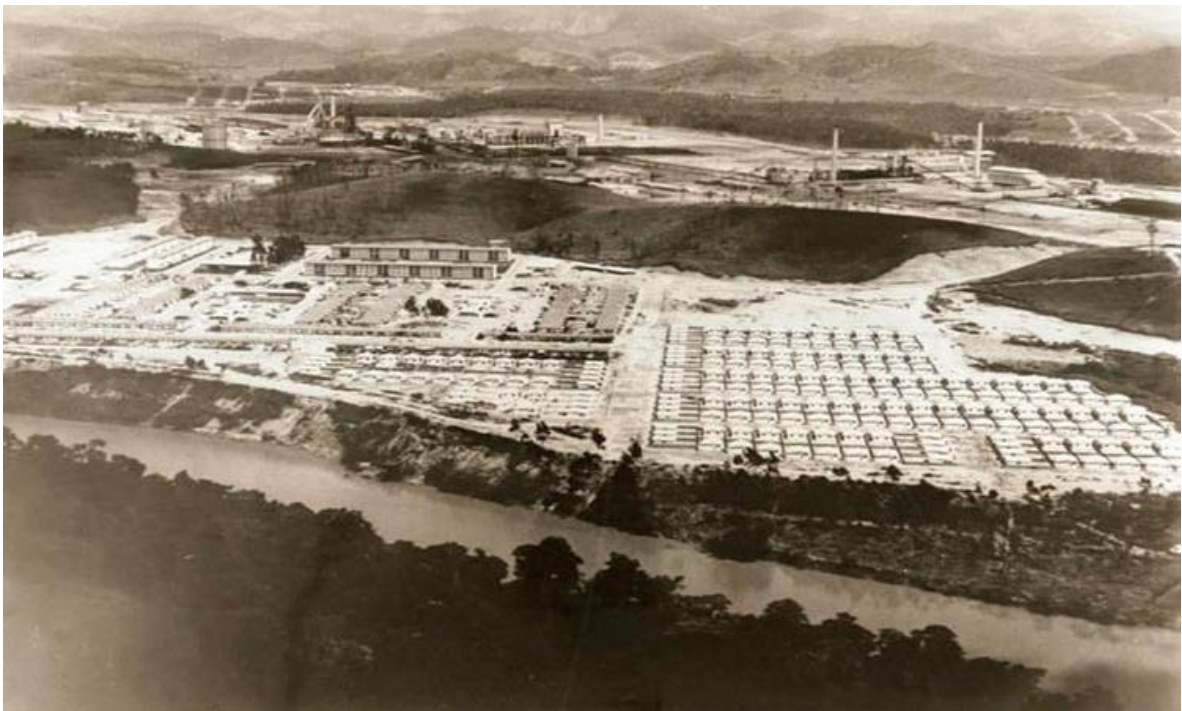
Fonte: Eu amo Ipatinga. Disponível em:

<[www.euamoipatinga.com.br/personagens/noticias.asp?codigo=825](http://www.euamoipatinga.com.br/personagens/noticias.asp?codigo=825)>. Acesso em junho de 2016.

O projeto ainda antecipava o plano de crescimento populacional (150 mil ao chegar em 1975) e a expansão da fábrica. A cidade operária foi construída no sentido longitudinal, levando em conta o relevo presente próximo à usina, até mesmo para um melhor escoamento das águas pluviais. Inicialmente foram construídos nove bairros, esses foram projetados de acordo com o grau hierárquico dos funcionários, eles teriam projeções diferentes, como a extensão do lote e estrutura da casa. Dentro da habitação o número de quartos, de banheiros, a cozinha e a área de serviço seria avaliada de acordo com o bairro que estava inserido.

O bairro do mais alto padrão, elaborado para os cargos de dirigentes, diretores e engenheiros foi o Castelo. Os bairros Cariru (Figura 6) e o Horto (inclui o Santa Mônica atualmente) (Figura 7) foram constituídos para a instalação de técnicos e operários. Outros bairros construídos para operários, muitos destes não qualificados, foram o Bom Retiro, Imbaúbas (inclui o Areal) e o Vila Ipanema.

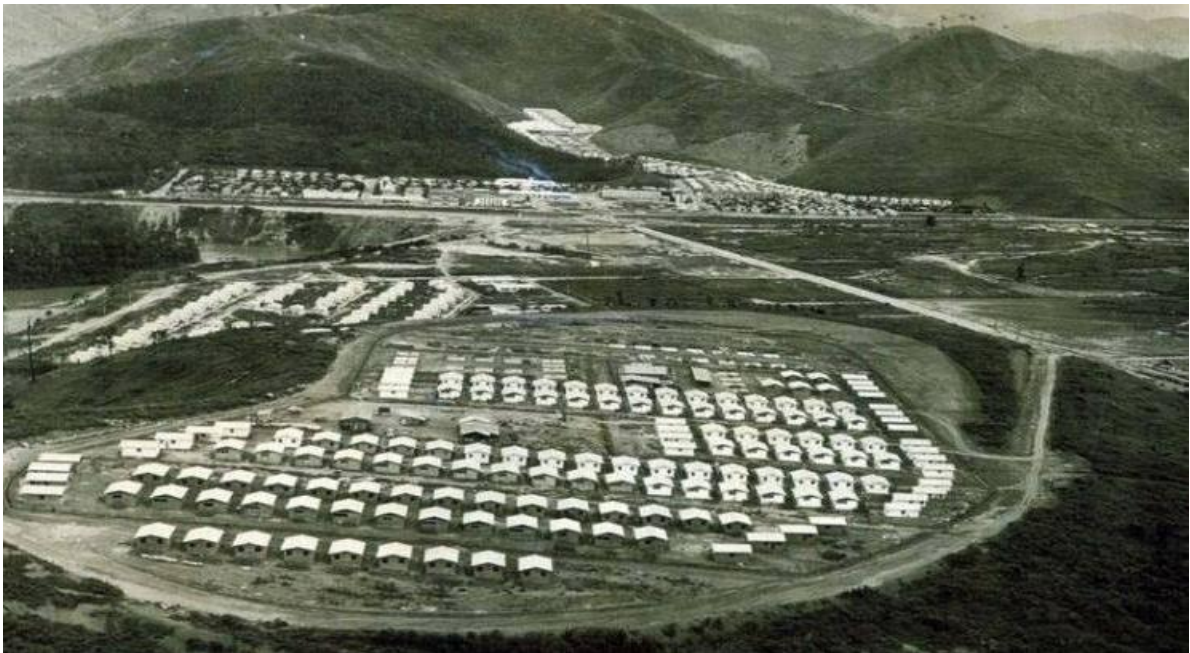
**FIGURA 6:** Bairro Cariru em 1964



Fonte: Eu amo Ipatinga. Disponível em:

<[www.euamoipatinga.com.br/fotos/janela.asp?codigo=782](http://www.euamoipatinga.com.br/fotos/janela.asp?codigo=782)>. Acesso em: junho de 2016.

**FIGURA 7:** Bairro Imbaúbas à frente. Bairro Areal à esquerda e bairros Horto e Santa Mônica ao fundo



Fonte: Eu amo Ipatinga. Disponível em:

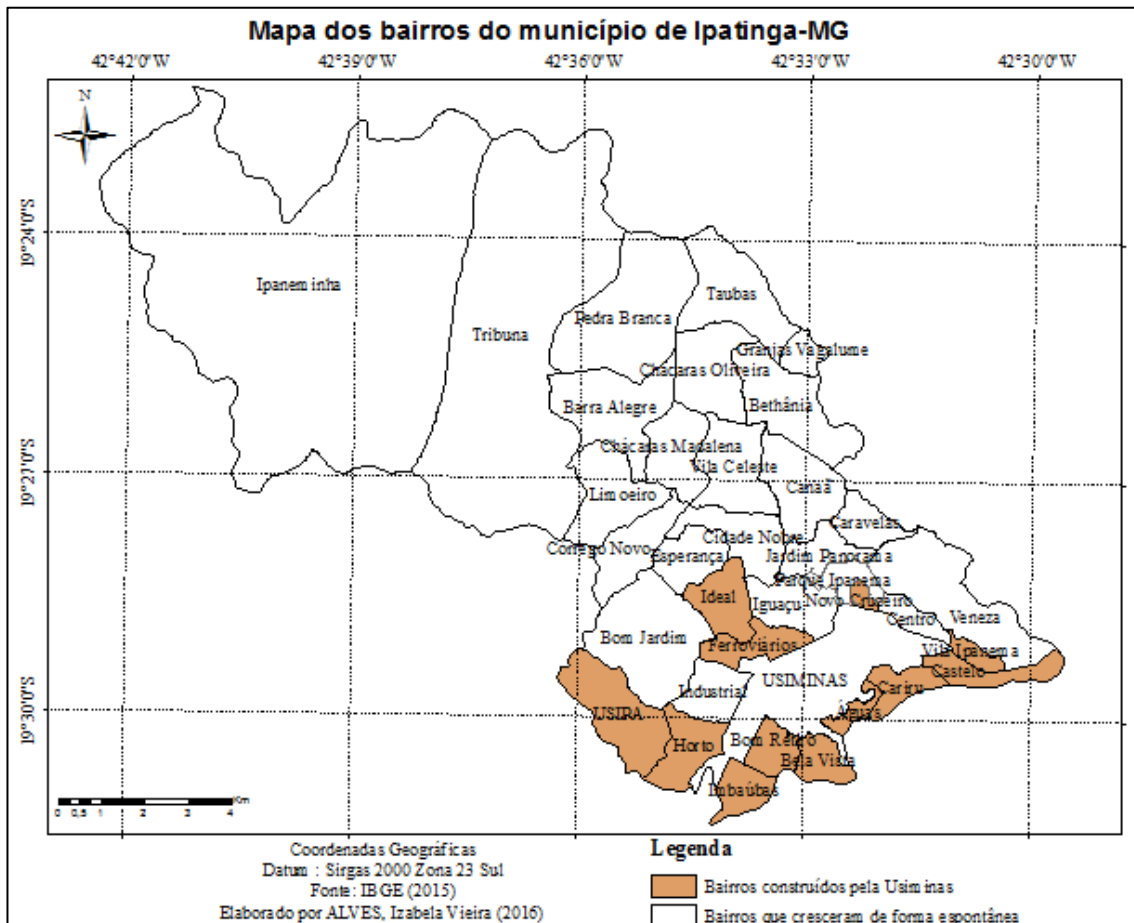
<[www.euamoipatinga.com.br/personagens/noticias.asp?codigo=825](http://www.euamoipatinga.com.br/personagens/noticias.asp?codigo=825)>. Acesso em junho de 2016.

O número de moradias da empresa ainda não se constituía necessária para se cumprir a primeira fase de produção prevista no projeto. Como havia um déficit habitacional, foi criado o plano de habitação da empresa. Esse plano buscou aliar a necessidade da empresa com as viabilidades de financiamento que eram possíveis com o Plano Nacional de Habitação, instituído em 1964. Originou-se com isso o Banco Nacional de Habitação (BNH). Este último incitou o programa para vendas de moradias que já existiam e para criação de outras novas. O funcionário iria pagar um valor baixo nas prestações de sua casa. Também houve convênio com a Caixa Econômica de Minas Gerais e com a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG) (MENDONÇA, 2006).

Com terreno cedido pela Usiminas, a COHAB construiu o bairro Prato Raso, atual Novo Cruzeiro. Somente na década de 1970 é que irão surgir os bairros Bela Vista, Das Águas e Ideal (Figura 8). O crescimento destes bairros foi sendo controlado pela Usiminas. Segundo a Usiminas (1990), em 1970 a empresa já havia constituído 3.272 moradias. O

projeto arquitetônico ainda previa que os bairros se instalassem de forma autônoma entre si, cada um possuindo sua área comercial, de lazer, de educação e de saúde.

**FIGURA 8:** Mapa dos bairros do município de Ipatinga



Elaboração: Izabela Vieira Alves, 2016.

Os bairros se dividiam em quadras com habitações individuais e coletivas, essas últimas com no máximo três andares. A interligação entre os bairros era realizada por vias de tráfego periférico, para não ocorrer intenso fluxo dentro de suas quadras. Em um centro cívico-administrativo e no núcleo-comunal instalaram-se hotéis, repúblicas e pensões, para os funcionários solteiros e para população flutuante (como compradores, visitantes e vendedores). A Usiminas realizou estudos sobre as cidades implantadas em função de empresas como em João Monlevade, Volta Redonda e Acesita. Para se evitar uma vila com



características patronais, incentivou-se a participação de capitais particulares, para que aos poucos pudesse se tornar uma cidade independente, para que a livre iniciativa pudesse atuar (USIMINAS, 1990).

A “cidade da Usiminas” se separava do restante da cidade por uma cerca de arame farpado. A Usiminas tinha em sua fábrica e seus bairros sistemas de distribuição de água e energia, e atendia as suas necessidades. O outro lado da cerca ainda vivia em situação instável e frágil. Segundo Souza (2007), os bairros operários recebiam constantes investimentos por parte da empresa, para o centro de Ipatinga a Usiminas fornecia discretas contribuições.

As pessoas que chegavam e trabalhavam nas empreiteiras ou não possuíam emprego, se amontoavam em pequenos espaços pagando aluguéis absurdamente caros, ou iam para a área periférica da cidade, no atual Centro de Ipatinga, na conhecida “Rua do Buraco” ou “Rua do Juá” (Figura 9), mais tarde chamada de Rua São José. O local era próximo ao Ribeirão Ipanema, possuía muitos barracos feitos de tábuas, e passava por um processo transitório rumo a favelização. O esgoto era a céu aberto e o lixo se espalhava por todos os lugares, muitas casas não tinham banheiros e as necessidades eram feitas no mato ou no ribeirão. É nesse local que se aglutinava a zona boêmia, com inúmeros bares e prostitutas.

**FIGURA 9:** Rua do Buraco na década de 1960



Fonte: Eu amo Ipatinga. Disponível em:

<[www.euamoipatinga.com.br/causos/noticias.asp?codigo=518](http://www.euamoipatinga.com.br/causos/noticias.asp?codigo=518)>. Acesso em: junho de 2016.

Os salários baixos e a falta de alojamentos para os funcionários das empreiteiras faziam com que os funcionários residissem em lugares precários e também distantes. Os trabalhos eram temporários e algumas empreitas pagavam com vales, que só podiam ser usados no armazém da própria empreiteira (TULER, 2007).

Percebe-se que além das empreiteiras não pagarem o salário apropriado aos funcionários, para que os mesmos pudessem ter uma melhor qualidade de vida, os patrões ainda faziam com que seu empregado ficasse dependente dele. Delimitavam os valores de produtos do jeito que queriam, e os trabalhadores ficavam sempre em dívida com os empregadores, gerando dessa forma uma total relação de submissão que se constituía difícil cortar laços.

Na década de 1960 e de 1970 muitas fazendas irão ser loteadas por imobiliárias e particulares, impulsionando o início da especulação imobiliária. Diversos bairros “espontâneos” foram surgindo pelo espaço: Bairros como Bom Jardim (Figura 10) e Iguaçu se constituíram no primeiro momento; Depois foram surgindo bairros como o Esperança, Canaã, Vila Celeste, Jardim Panorama, Veneza e Bethânia, dentre os demais.

Nesse momento teve início a especulação e interesse sobre a terra em Ipatinga, diversos especuladores e fazendeiros conseguiram com a venda de lotes arrecadarem muito dinheiro. Em relato, Pedro Linhares afirma que chegou em 1961 com a filial da imobiliária Sotil, de Volta Redonda. Com a experiência já adquirida, ajudou a montar projeto de loteamento no bairro Canaã, conseguiu construir 18 mil lotes. Uma outra imobiliária fazia os loteamentos no bairro Vila Celeste. Outras pessoas loteavam o Bom Jardim (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1991).

No início, a infraestrutura destes bairros estava longe de se igualar a da Usiminas, devido à falta de importância que a Sede de Coronel Fabriciano concedia ao Distrito, algumas melhorias foram realizadas por particulares donos dos lotes, mas muito pouco e pontuais. Com a emancipação em 1964, a Prefeitura Municipal de Ipatinga recém-criada estava desprovida de recursos financeiros, a sua forte atuação no processo urbano não foi possível.

**FIGURA 10:** Terraplanagem do bairro Bom Jardim na década de 1960



Fonte: Revista Dois Pontos. Disponível em: <[www.revistadoisPontos.com/trilha-dominerio/a-trajetoria-de-um-vale/](http://www.revistadoisPontos.com/trilha-dominerio/a-trajetoria-de-um-vale/)>. Acesso em: junho de 2016.

O local que nessa época estava dotado de grandes transformações começou a conviver com processos até então desconhecidos, como o intenso fluxo migratório, o surgimento de favelas, o desemprego, a prostituição e a marginalidade. Do lado direito da Estrada de Ferro Vitória-Minas ficava a cidade da Usiminas e do lado esquerdo, a outra cidade, que crescia à margem social, composta pelo excedente populacional que viera com a esperança de trabalhar na indústria que tanto se fazia propaganda no contexto. Para professora Dona Bizuca “de um lado, ficaram as pessoas que vieram iludidas pela propaganda da Usiminas, de que aqui se pagava bem. Quem estava bem alocado ficou morando nos bairros da Usiminas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1992, p.41).

Souza (2007) relata que antes da emancipação, a Usiminas teve que intervir de forma paliativa na vila para suprir uma emergência da população. A falta de água potável e a inexistência de participação do poder público fez com que a Usiminas construísse um chafariz

para fornecimento de água, devido à grande demanda gerada pelo aumento da população, foi-se utilizado também caminhões-pipa. “Claro que essa intervenção pode ser analisada como uma confissão de culpa por não ter dotado a região da infra-estrutura necessária para abrigar a população carente” (SOUZA, 2007, p,65).

Os filhos dos operários das empreiteiras que atuavam na mesma siderúrgica que os funcionários da Usiminas não tinham direito ao lazer, ao esporte, a saúde e nem a educação que a empresa oferecia aos filhos dos empregados. A professora Dona Bizuca em entrevista concedida à Prefeitura Municipal de Ipatinga (1991), relata que a Usiminas se preocupava era com os filhos dos seus empregados e não com os filhos dos peões, já que estes nunca foram considerados funcionários na usina. As crianças da Rua do Buraco não eram impedidas de ir às escolas dos bairros da Usiminas, mas devido ao preconceito existente, os alunos ficavam inibidos e desistiam de estudar nessas escolas.

O lado da Usiminas não estava isento de problemas, eram constantes as insatisfações dos funcionários quanto à diferença salarial e a desigualdade de infraestrutura das casas dos bairros criados por ela. Estes, como já citado, eram independentes, suas necessidades eram atendidas no seu próprio núcleo, os chefes não precisavam ver seus subordinados fora do horário do trabalho, já que moravam em bairros diferentes. Também não careciam atravessar a linha para ir a outra parte da cidade. Existia certo preconceito dentro do próprio ambiente da Vila Operária, uma disputa funcional e relacionada à remuneração, muitos viviam em rivalidade entre seus próprios colegas. É preciso lembrar que muitos funcionários, principalmente os solteiros, também viviam em alojamentos, no Bairro Santa Mônica e no Horto, e em repúblicas, não possuíam sua casa própria.

Conforme depoimento de Almir de Paula, a alimentação para os funcionários da Usiminas era diferenciada. Os japoneses possuíam o seu próprio restaurante no bairro Cariru. Os restaurantes “Número Três e Número Quatro” eram para os graduados, nestes restaurantes trabalhavam até garçons. Nos alojamentos que moravam os solteiros e os com menos qualificação, foi construído outro restaurante. Também existia um restaurante dentro da Usiminas, para os operários. Relata que a comida muitas vezes vinha mal cozida e tinha qualidade ruim (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1992).

Como a empresa é a dona dos empreendimentos realizados dentro da sua cidade, ela vai exercer o papel de comandante de decisões dentro deste território. Os moradores vão ficar subordinados ao seu controle dentro e fora da indústria, seguindo as regras que lhes forem outorgadas no seu trabalho ou fora dele. A fábrica vai determinar um padrão de comportamento a ser seguido. De acordo com a revista *Homens em Série*:

A cidade planejada, dos homens produzidos em série, reproduz o ambiente de trabalho nas suas divisões, nas suas tensões, na sua hierarquização. É como uma extensão da fábrica, um pátio onde se estacionam máquinas fora do seu horário de uso (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1991, p.23).

Em 1963 na parte interna da Usiminas a segurança era executada pelo Setor de Vigilância, com denominação de Setor de Disciplina do Trabalho. Na parte externa da indústria quem era responsável pela defesa era o Grupamento da Cavalaria Montada da Polícia Militar de Minas Gerais, subordinado ao 6º Batalhão de Governador Valadares. Os vigilantes eram despreparados, a relação com os funcionários da empresa causava diversos conflitos (TULER, 2007).

O clima de mal estar que pairava entre a usina e a cidade era forte. Os trabalhadores da siderúrgica reclamavam do modo enérgico e grosso com que os vigilantes da empresa tratavam as pessoas que passavam pelas portarias, na hora da chegada e do final de cada turno. Do lado de fora da usina ainda haviam os policiais agressivos que batiam nos moradores de Ipatinga por qualquer motivo.

O Distrito possuía diversos conflitos dentro da fábrica, entre as duas cidades (Vila e Usiminas), dentro de cada uma das cidades e com o município de Coronel Fabriciano. Até com o comércio ipatinguense havia clima de discórdia, pois ele funcionava aos finais de semana, e os comerciantes de Fabriciano ficavam revoltados e exigiam providências. Os conflitos eram tão intensos, as revoltas sociais se constituíam tão fortes, que algo muito grave estava condicionado a acontecer dentro daquele cenário. O embate mais grave e conhecido foi o “Massacre de Ipatinga”, que trouxe grandes mudanças na história dessa cidade. O acontecimento emerge a uma reflexão perante um projeto político em que se pensou primeiro na produção de uma estrutura industrial e rendimentos econômicos, para depois se pensar nos seres humanos que iam executar e transformar o projeto.

### 4.3 O Massacre de Ipatinga

No início da década de 1960 Ipatinga passava por diversas transformações que foram imprimidas no seu espaço pelo surgimento da usina siderúrgica, pautada em aspectos de ordem social e física. As discórdias entre funcionários da fábrica com os vigilantes eram constantes. Tuler (2010) retrata que havia má-formação do Corpo de Vigilantes, eles eram despreparados no modo de tratar os funcionários, o que sempre ocasionava atritos.

Adil Albano, funcionário da Usiminas, relata que em 1963 Ipatinga possuía precária infra-estrutura e as famílias concentravam-se em pequenas casas. Não havia entrosamento, as pessoas não se conheciam, eram todos forasteiros. A classe trabalhadora não tinha organização e o policiamento era duro, também encontravam-se muitos cadáveres no mato, “na usina, foi crescendo uma revolta muito grande com relação ao salário defasado, à vigilância mal educada e à polícia montada tratando o pessoal de forma brusca e violenta. A gente era vistoriado nas portarias” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1991, p. 81).

Os funcionários da empresa estavam insatisfeitos com o modo com que eram tratados. Eles trabalhavam muito, a alimentação era ruim, o transporte para se chegar ao trabalho era péssimo, o salário baixo, a condição de vida se constituía precária e os aluguéis na cidade eram abusivos. Também era grande a violência dos vigilantes que revistavam as pessoas que saíam da empresa e da polícia militar fora da fábrica. O número de pessoas que chegavam ao Distrito crescia, mas as que desistiam e iam embora, por não se adaptarem ao ambiente, aumentava. A rotatividade em algumas áreas da empresa era alta. Devido à tensão que existia no Distrito de Ipatinga, alguma coisa grave já estava tendenciada a acontecer.

Em 1963 o número de operários que trabalhavam na área interna da indústria era de 24 mil, apenas 6 mil destes eram contratados diretos da Usiminas. Só o alojamento Santa Mônica abrigava 2 mil funcionários em 10 construções. Os furtos na Usiminas e nos alojamentos eram constantes. Na parte da segurança se concentrava os vigilantes, os policiais da Cavalaria Montada e os “operários agentes secretos” que vigiavam para ver se não possuía algum “comunista” infiltrado na empresa (REVISTA IPATINGA ANO 20).

No mês de outubro o conflito na empresa ganhou uma proporção como nunca vista, impulsionado pelo descontentamento já existente somado com a violência sem precedente. De acordo com Tuler (2010), no dia 6 de Outubro de 1963, próximo às 22 horas, os trabalhadores saíam pela portaria para a troca de turno. Como de costume os funcionários foram revistados com muita brutalidade, um funcionário teve um desentendimento com um vigilante e foi espancado na frente de todos, causando muita revolta nos outros que estavam presentes no local. Diversos operários gritaram que iria ter vingança.

A Cavalaria foi chamada e ainda encontrou 300 operários dentro da usina. Foram deitados no chão, revistados e alguns presos. Na porta da cadeia quem foi para protestar acabou sendo preso ou espancado. Esses policiais chamaram reforço da Cavalaria de Coronel Fabriciano. Muitos desses agentes foram aos alojamentos dos funcionários no bairro Santa Mônica e quebraram portas, beliches e armários. Diversos trabalhadores foram presos e surrados. Os que continuaram nos alojamentos decidiram que não iriam trabalhar no próximo dia (REVISTA IPATINGA ANO 20).

Por volta das 24 horas o Capitão Robson Zamprogno e o Tenente Jurandir chegam ao lugar do tumulto. Também compareceu Gil Gustimosin Júnior para tentar contornar a situação. A Polícia já tinha realizado a prisão de cerca de 300 operários. Gil Gustimosin, da Usiminas, percebendo a gravidade dos acontecimentos da noite, pede para buscarem o pároco Padre Avelino, para servir de negociador. Ele negociou com os operários e propôs uma Comissão, que deveria se reunir na manhã seguinte no Escritório Central da empresa (TULER, 2010).

Em frente a Usiminas, na manhã do dia 7 de Outubro de 1963 às 8 horas já se concentravam 20 mil operários, que tinham duas reivindicações para a volta ao trabalho: retirada da Polícia Militar de Ipatinga e substituição do Corpo de Vigilantes. Conforme o combinado no dia anterior, a reunião no Escritório Central estava acontecendo, com a presença de representantes do Sindicato, o diretor de Relações Industriais da Usiminas Gil Guatimosin, outros diretores da empresa, padre Avelino e o capitão Robson Zamprogno. A conversa iria ter como pauta as reivindicações dos grevistas e uma solução para os problemas. Com a chegada de um bilhete mandado pelo capitão Zamprogno aos 19 policiais que estavam na porta da usina em cima do caminhão iniciou-se um tiroteio que durou muitos minutos.

Mesmo saindo com o caminhão do lugar do início do tumulto, não paravam de atirar (REVISTA IPATINGA ANO 20).

Não havia somente operários no lugar, muitas pessoas estavam de passagem. Uma bebê morreu na hora no colo de sua mãe, no total de números oficiais morreram 8 pessoas. No dia seguinte, em retaliação ao ocorrido, os operários destruíram o prédio da Cadeia Pública e libertaram os presos. Também queimaram o ônibus que prestava serviço ao quartel da polícia. Depois do Massacre, um acordo foi realizado, diversas promessas foram feitas pela Usiminas: rever o quadro de vigilantes e realizar inquérito administrativo contra os acusados e punir os mesmos; adotar uma política salarial de igual remuneração para funcionários que exerciam as mesmas funções; o controle de saída de funcionários seria exercido humanamente; não teria represaria aos funcionários que participaram do evento; dariam assistência a família das vítimas. As relações da empresa com os funcionários mudaram, a usina desenvolveu uma política paternalista, promovendo facilidades de compra de casa, assistência médica e odontológica, atividades de recreação como clubes foram criadas e se inaugurou cooperativas para os funcionários fazerem compras de alimentação, vestuário e medicamentos, a usina também passou a ajudar na construção de escolas (TULER, 2010).

Souza (2007) relata que a assistência social passou a atuar dentro e fora da fábrica. Se um funcionário tivesse ato suspeito dentro da fábrica que pudesse atrapalhar a produção era chamado para conversar. Também se observava como era sua conduta fora da Usiminas, o que fazia fora do horário de trabalho, se era bom para sua família. Passou a se compensar quem não tinha acidentes de trabalho e os que iam bem na avaliação de desempenho, para uma boa avaliação tinha-se que cumprir as regras. Para a família, promoviam horas dançantes, curso de culinárias para as esposas e encontros de casais.

Muitos foram os fatores que colaboraram para a explosão desse conflito social de Ipatinga, que inclui uma gama de exclusões sociais, omissão de violência, falta de moradias dignas e de direitos trabalhistas e sociais, e exploração de mão-de-obra. Da relação capital e trabalho, diversos são os conflitos gerados. Os acionistas que no primeiro momento pensavam na sua produção e no seu lucro, deixavam seus funcionários para os vigilantes e policiais controlarem. Contratavam as empreiteiras para o serviço mais pesado na siderúrgica, mas parecia não se importar como os funcionários destas contratadas eram tratados. O conflito



recai em conjunto com a força de uma polícia despreparada comandada pelo Estado de Minas Gerais.

Com a parada da produção e a percepção da usina que os seus funcionários não aceitavam mais a condição precária e que não estavam em um estágio de submissão completa, a mesma resolve mudar um pouco suas atitudes em relação ao corpo de trabalhadores. O controle passa da violência física para o controle social. Criaram-se diversos mecanismos (como educação, saúde, lazer e moradia) para que os funcionários pudessem depender diretamente da mesma e introduziram a postura que o funcionário deveria seguir.

#### **4.4 Consolidação do processo emancipatório e a cidade de Ipatinga**

No início da década de 1960, a insatisfação com a sede Coronel Fabriciano era alta, a população estava cansada dos desmandos e da exclusão que a Usiminas empregava no local. Ia se tornando nítida a vontade dos moradores locais em emancipar-se do município que nada fazia para ajudar no desenvolvimento do Distrito. Um grupo de pioneiros exaustos da situação local, resolveu criar a Sociedade de “Amigos de Ipatinga” que objetivava agilizar o procedimento de emancipação político-administrativa. De acordo com a Revista Ipatinga Ano 20 (1984) a associação era formada por: José Carvalho (presidente), Walter Salles, João Lamego Neto, Jazi Lacerda, Elias Correa de Oliveira, Edgard Boy Rossi, Darcy Xavier, Geraldo Pimentel, Antônio Portela, Puri, Jair Gonçalves e Romero José Santos Valle.

No ano de 1962 estava previsto acontecer no Estado de Minas Gerais uma revisão administrativa, fato que ocorria a cada quatro anos (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984). Essa revisão iria emancipar os lugares que tinham conjunturas necessárias para administrarem sua própria existência. O grupo gozava da esperança que poderia ser esse o momento adequado para tentar se emancipar da sede. Reuniram toda documentação necessária e encaminharam ao Departamento de Assistência aos Municípios, na capital Belo Horizonte.

Os Amigos de Ipatinga conjuntamente se organizavam na tentativa de efetivar melhorias na condição de vida, de habitações e de comércio. O grupo conseguiu pela Companhia Belgo-Mineira uma máquina que ajudaria na terraplanagem de algumas ruas, também adquiriram meios para se iniciar um processo de construção de rede de esgoto.

Coronel Fabriciano não se importava com o Distrito, mas também não gostava das iniciativas que estavam sendo aplicadas (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984). O grupo procurou fazer alianças com políticos do estado e da Câmara Municipal, quatro vereadores tinham sido eleitos pela população de Ipatinga. Souza (2007) também relata que os Amigos de Ipatinga, com voluntários e funcionários cedidos pela Usiminas, ajudaram na retirada do esgoto a céu aberto para o subsolo da cidade.

Muitas foram as viagens à Belo Horizonte, com intuito de acompanhar o processo de emancipação. Quem orientava as medidas a serem tomadas era o Deputado Geraldo Quintão, de Jaguaraçu (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984). No final de Dezembro de 1962 a Assembleia Legislativa aprovou a criação de 237 novos municípios. Passando o documento para o governador José de Magalhães Pinto dar seu veredito, o mesmo vetou a emancipação de quatro lugares: Timóteo, Bela Vista de Minas, João Monlevade e Ipatinga.

Em Janeiro de 1963 o governador mandou uma carta para as comissões que apoiavam a emancipação de Ipatinga e Timóteo alegando que pretendia preservar “a unidade política, administrativa, econômica e financeira” do polo siderúrgico. José Carvalho levanta uma versão discordante de Magalhães Pinto. Ele relata que o Presidente da República, João Goulart e o governador mineiro sobrevoaram a região do Vale do Aço em 1962, e observaram as usinas e as massas de trabalhadores que se concentravam próximo a Belgo-Mineira, a Acesita e Usiminas. O presidente aconselhou o governador a não prover a emancipação dos lugares que tinham as fábricas, pois as novas cidades poderiam se tornar o novo ABC paulista, que possuía diversos conflitos entre operários e as empresas. Outro fato seria o apoio prometido pelo prefeito de Fabriciano, Cyro Poggiali, ao governador, para a próxima eleição presidencial em 1965, caso não perdesse os Distritos de Timóteo e Ipatinga (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984, p.7).

A Usiminas e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano apoiaram a decisão que vetava a emancipação. A empresa por acreditar que dois novos municípios iriam dificultar o entrosamento da empresa e poder municipal, e o Sindicato temia que as novas associações de classe a serem criadas com a emancipação, poderiam dificultar o entendimento das siderúrgicas com as chefias sindicais (USIMINAS, 1990).

Mesmo com essa destreza política e o jogo de interesse que pairava dentre o prefeito, o governador e o Presidente da República, os pioneiros não desistiram da emancipação. Os “Amigos de Ipatinga” viraram “Comissão Pró- Emancipação”, e elaboraram novamente a documentação exigida e conseguiram com que a maioria dos vereadores votasse a favor da separação do Distrito. O processo foi escrito, e quando estava pronto foi levado a Belo Horizonte para protocolar ao órgão autorizado. No final de 1962 os documentos foram entregues.

Nos anos de 1963 e 1964 os ânimos no Brasil estavam exaltados, o clima de Ipatinga devido à ocorrência do massacre deixava o ar municipal diferente, as reclamações por melhorias e mudanças eram intensas, a emancipação constituía-se um momento bem aguardado para a população que clamava por mudanças. Segundo Moraes (2009), Magalhães Pinto estava presente em uma festa no município de Caratinga pouco depois do veto, no mesmo lugar, compareceram o prefeito de Coronel Fabriciano, e o político Carlos Lacerda, que também almejava a presidência. Uma foto do prefeito ao lado de Lacerda foi parar em um jornal de Timóteo, e os pioneiros foram a Belo Horizonte apresentar a mesma ao governador. Este último mandou a Ipatinga seu secretário para avaliar de perto a situação do Distrito.

Em 29 de Abril de 1964 o termo de emancipação político-administrativa de Ipatinga é assinado e o escolhido para administrar a cidade é o intendente Délio Baeta Neves, indicado pelo Estado de Minas (MORAES, 2009). Barra Alegre, que se constituía outro Distrito de Coronel Fabriciano é incorporado na cidade de Ipatinga, com a mesma condição de Distrito, assim ficando permanecido. Délio, como intendente, teve o dever de iniciar a parte burocrática até a primeira eleição municipal e a escolha dos representantes.

Em 29 de Junho de 1964 com centenas de presentes no Cine São José o juiz José Ávila de Coronel Fabriciano concretizou o município (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984). O contexto político nacional estava conturbado, os militares haviam derrubado o presidente João Goulart um mês antes, em março. A cidade vai nascer em uma nova esfera política, a da ditadura militar, que vai interferir na política ipatinguense.

No ano seguinte, especificamente no dia 3 de Outubro de 1965, é chegada a hora de a população escolher os seus representantes no Legislativo e no Executivo. O mandato era somente para o prazo de um ano, ficando conhecido como “tampão”. O primeiro prefeito

oficial de Ipatinga é Fernando dos Santos Coura, um funcionário da Usiminas, e o cargo de vice-prefeito foi ocupado por João Lamego Netto. A posse ocorreu em 4 de Dezembro de 1965.

Esse momento de eleição se torna importante, pois a população poderia eleger o prefeito e os vereadores que mais se identificassem. Teriam a opção de escolher candidatos que ali já estavam fixados e também clamavam por melhorias. O prefeito anterior, que viera de fora, nada sabia do que estava acontecendo e também não foi escolhido com representação popular, fora nomeado pelo Estado.

Em depoimento, Jamil Selim de Salles que concorreu à prefeitura com Fernando, expõe que possuía uma expectativa na população em relação a Fernando por ele trabalhar na Usiminas. Assim, se ganhasse, o lugarejo iria crescer. Mas Jamil informa que a Usiminas tinha resistência quanto ao crescimento de Ipatinga. Os representantes da Usiminas não queriam que o Distrito se tornasse município, pelos problemas que se poderia trazer. A direção da Usiminas preferia ficar afastada. Quando ganhou para prefeito pela primeira vez em 1967, Jamil expõe que a Usiminas estava cercada por fios de arame e se mantinha a parte. Ele pediu a empresa para tirar a cerca de uma área, objetivando construir uma avenida, como nunca foi respondido, solicitou a funcionários da prefeitura arrancar os fios de qualquer forma, daí ela solicitou uma conversa. A Usiminas não abria mão e não tinha poderes, dependia no BNDE (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1992).

Possui grandes indícios que Fernando possa ter sido eleito por carregar o nome da Usiminas, já que nela trabalhava. A população que nada obtinha com a cidade de Coronel Fabriciano carregou um pouco de esperança no novo prefeito que veio da usina, para que ocorressem novas melhorias na condição de vida e de infraestrutura. O novo prefeito que já se encontrava dentro da Usiminas poderia ser o elo de uma maior participação da indústria com a cidade que estava se estruturando.

Fernando foi o primeiro representante do executivo a ser escolhido, ele e seu vice permaneceram por oito meses na prefeitura, dos quais se ausentaram para que pudessem concorrer na próxima eleição para o cargo de deputado estadual e prefeito, respectivamente. Quem assumiu foi o Presidente da Câmara Municipal, Gedeão Freitas. De acordo com a Revista Ipatinga Ano 20 (1984) Fernando enfrentou muitas dificuldades em seu governo, os

problemas sociais eram muitos e o orçamento era pouco, a cidade não possuía equipamento urbano e tudo estava por se fazer.

A posse dos representantes do legislativo tinha ocorrido no dia anterior, em 3 de Dezembro. O Intendente Délio oficializou a inauguração da Câmara Municipal de Ipatinga, e nove vereadores designados tomaram posse de seus respectivos cargos. Estes seriam responsáveis pela elaboração das leis municipais, designações de obras a serem realizadas, e na criação de Resoluções.

Quanto ao terceiro poder, o judiciário, o processo de desenvolvimento foi mais prolongado. Em 1965 já havia um estudo para conceber uma Comarca na cidade. Ipatinga pertencia à comarca de Coronel Fabriciano, e muitos dos processos, que eram em grandes quantidades, estavam esperando por decisão. Com vários contratemplos e inúmeras reuniões, somente em 8 de Dezembro de 1975 saiu a Resolução N° 61, originando a Comarca de Ipatinga, criada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em 2 de Dezembro de 1977 é que se instala definitivamente a Comarca de Ipatinga (MORAES, 2009).

A mão de ferro aplicada pelo governo militar na década de 1960, excluiu todos os partidos políticos existentes, como PTB, UDN e PSD, e oficializou a criação de apenas dois, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Os representantes da Câmara tiveram que optar por um partido, e o escolhido foi o último.

No ano de 1966 ocorrem novas eleições municipais, e o candidato mais votado para o cargo de prefeito foi Jamil Selim de Salles do ARENA. Ele cumpriu mandato entre 31 de Janeiro de 1967 a 15 de Setembro de 1969, sendo destituído e substituído pelo interventor Almir Ribeiro Tavares, que permanece no cargo até 30 de Janeiro de 1971.

A Revista Ipatinga Ano 20 (1984) retrata que no início do mandato de Jamil, o Governo reformulou a Lei de Impostos sobre Vendas e Consignações, dando origem ao Imposto sobre circulação de Mercadoria (ICM). As cidades que possuíam indústrias passaram a arrecadar mais dinheiro, e este poderia ser investido na amenização dos problemas que a migração trouxera para o espaço. A cidade pôde com isso iniciar a construção de escolas, saneamento, asfaltos, dentre outros itens. Mas sem nenhuma explicação, no dia 29 de Outubro de 1969, o prefeito foi intimado a deixar a prefeitura pelos representantes da Ditadura Militar. Não teve processo e nem cassação, seus direitos políticos também não foram suspenso.

Sampaio (2008) vem a informar que o prefeito teve o mandato interrompido porque houve intervenção federal no município, constituindo-se uma prática aplicada no governo dos militares nos municípios que possuíam significativos empreendimentos, Ipatinga era uma área de segurança nacional.

A partir de depoimento sobre a sua destituição do cargo de prefeito Jamil relata que a previsão orçamentária para o ano de 1969 em Ipatinga seria de 700 cruzeiros, mas iria ser arrecadado 5,2 mil. A cidade passou a ser vista como lugar de atração para o regime, seria interessante ter o controle, assim como em João Monlevade e Timóteo. Nesta última, inclusive, também ocorreu destituição do prefeito. Além do mais, ele relata que como se fazia muitas obras sem esperar a legislação, acabou sendo investigado por enriquecimento ilícito. Os militares foram à prefeitura e lacraram tudo, o político ficou sabendo por rádio, na Voz do Brasil, pois tinha viajado. O acusavam de desvio de dinheiro em favorecimento próprio, o que foi negado pelo mesmo (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1992).

Também havia relato em que a polícia abria inquérito contra os padres da região, após 1964. Eles eram acusados de agitação e comunismo. Segundo Marcos Noronha, bispo da Igreja Católica da época, as acusações começaram quando se chamava o povo a uma reflexão dos acontecimentos, “esta atitude abalava toda a estrutura de um mundo plantado ali como um mundo de dominação, um mundo capitalista, de aproveitadores de mão-de-obra barata, migrada” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1992, p. 64). Expõem que diversos nomes conhecidos na região estavam recebendo processos, como: Bertollo, Abdala, Wilson e De Man. Apesar das inúmeras acusações, a falta de prova fez com que os padres não fossem julgados.

Para substituir o ex-prefeito Jamil os militares nomearam o engenheiro Almir Ribeiro Tavares. Ele chegou aqui, e procurou compreender o que se passava em Ipatinga e procurou estudar os problemas que estavam acontecendo, fazendo um bom mandato (REVISTA IPATINGA ANO 20, 1984).

Depois da emancipação de Ipatinga a Usiminas inicia estudo para transferir os serviços públicos para à Prefeitura Municipal, como água, esgoto e limpeza e manutenção das ruas. Também vai colocar a venda seus imóveis na área comercial e residencial tendo como prioridade quem já está estabelecido nas residências e trabalhando em Ipatinga, o empregado

da Usiminas que não possui casa. Também leva-se em conta quanto tempo trabalha na empresa e quantos filhos possui (USIMINAS, 1990).

Aos poucos a Usiminas ia passando a responsabilidade de manutenção e cobrança de impostos perante os serviços básicos a Prefeitura de Ipatinga. Por muitos anos a Usiminas foi isenta de impostos e sua vila conseqüentemente também. Mesmo passando aos poucos a infraestrutura de seus bairros para a administração pública a empresa ajudava na manutenção e continuava exercendo controle social sobre seus empregados, tudo que acontecia com eles em qualquer lugar de Ipatinga a direção conseguia ser informada. Qualquer hábito diferente do recomendado, o funcionário era chamado para ter uma conversa.

Em 1965 foi assinado um convênio entre Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e a Prefeitura Municipal. No mesmo ano foi inaugurado o Hospital Márcio Cunha, construído no Bairro das Águas (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 2016). Indiretamente a Usiminas ajudava a cidade de Ipatinga com algumas construções realizadas pela mesma. O hospital apesar de ser controlado pela Usiminas também servia a população.

Muitas melhorias irão ocorrer paulatinamente com o passar dos anos em Ipatinga, impulsionado sobretudo pela população que se concentrava do lado que a Usiminas não era atuante. Muitos nativos e pioneiros ajudaram a constituir essa nova Ipatinga que estava surgindo. Os funcionários diretos da Usiminas ficavam dependentes e controlados pela mesma, a empresa abafava qualquer ato de reivindicação e punia os que não concordavam com suas atitudes, mantendo-se sempre um laço de dominação que continuou por muitas décadas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O lugarejo de Ipatinga, composto de 300 habitantes em 1958, vai sofrer uma grande mudança estrutural, social, política e econômica com a chegada de uma usina siderúrgica em seu território. O Distrito que possuía caráter predominante rural, com a economia voltada para a extração de madeira e agricultura de subsistência em poucas décadas vai ver sua paisagem assumir características altamente urbanas.

O projeto para a implantação de uma siderúrgica de grande porte no Estado de Minas vai estar atrelado a um momento político dotado de intenções que busca alcançar o moderno, fazendo com que o Brasil transforme o status de país agrário-exportador para moderno e industrializado. A idealização da Usiminas, desde o início, vai estar pautada de grandes interesses, que perpassam a elite mineira, o governo estadual e federal.

A pedra fundamental que inaugurou a construção da Usiminas em 1958 foi acompanhada de um grande simbolismo entrelaçado por uma política que visava à modernidade e o crescimento industrial para a região leste de Minas Gerais. A usina nascente juntamente com a Acesita vai fazer com que a região se torne uma das mais importantes do país quando se trata da categoria voltada à siderurgia.

Desde o início, as obras estruturais da Usiminas atraíram um forte contingente populacional que ia em busca de emprego e melhoria de vida, impulsionado por uma propaganda que fazia de Ipatinga um lugar de grandes possibilidades. Os planejadores da empresa pensaram em um primeiro momento na consolidação da indústria e na fabricação de aço, para depois se preocupar com as pessoas que nela iriam trabalhar.

A questão habitacional ia se tornando um problema importante no pequeno Distrito, a estrutura local não comportava as milhares de pessoas que iam chegando, os operários começaram a viver em situação de precariedade e a vila ia ganhando problemas jamais vistos, que incluía violência, prostituição, precarização do trabalho e condição de vida, além do esgoto a céu aberto e de aumento de lixo na área que moravam a maioria dos nativos do Distrito.

A Usiminas vai desenvolver sua Vila Operária com o intuito de abrigar a mão de obra necessária para fazer fluir sua produção de aço e gerar lucro. Mas os beneficiários diretos seriam apenas os empregados contratados diretamente pela Usiminas, deixando os trabalhadores das empreiteiras à margem do empreendimento. A criação da “Cidade da Usiminas” idealizada pelo arquiteto Hardy Filho viera acompanhada de desigualdades pautadas na hierarquização funcional dentro da empresa. Passaram a existir dentro dessa cidade os bairros dos engenheiros, o dos técnicos e dos operários. Enquanto não havia moradias para todos os milhares de funcionários existentes, muitos viviam em condições precárias de seus alojamentos, convivendo com a violência policial e dos vigilantes da usina.



A Vila Operária era envolvida por uma cerca que dividia suas terras à do núcleo original da vila. Desse lado se encontravam os moradores que ali já moravam antes da indústria, e as pessoas que não conseguiam emprego diretamente na Usiminas. Essa parte do distrito era composta por trabalhadores de empreiteiras, comerciantes, desempregados, mendigos, imobiliários, prostitutas e especuladores. Os grupos não recebiam atenção da cidade de Coronel Fabriciano a qual pertencia o Distrito e nem da Usiminas, que atuava de vez em quando, de forma paliativa.

Diversos problemas de desigualdades sociais e de violência desencadearam no Massacre de Ipatinga no ano de 1963. O evento deixou profundas marcas na história da futura cidade e se constituiu um divisor de águas no tratamento que a indústria iria fornecer a seus funcionários. A empresa, a partir do ocorrido, iniciou uma relação paternalista que visava inúmeros benefícios aos empregados contratados por ela. Em troca, houve um aumento do controle social dentro e fora da empresa, juntamente com o impedimento de qualquer manifestação de greve.

A vila do outro lado da linha procurava na emancipação de Coronel Fabriciano melhorias da qualidade de vida e crescimento nas infraestruturas urbanas. Muitas foram as articulações desenvolvidas pelos pioneiros e moradores locais para que o processo de emancipação pudesse ocorrer em 1964. Com o surgimento da nova cidade via-se um início de melhoria no desenvolvimento urbano. Os especuladores do ramo imobiliário viram na nova cidade a oportunidade de se ganhar muito dinheiro.

Ipatinga aumentava o seu contingente populacional com o passar dos anos. A cidade planejada convivia com infraestruturas necessárias criadas pela Usiminas, o outro lado do espaço, não planejado, iniciava os processos de saneamento básico, asfalto, vias de circulação, infraestruturas, edificações e criação de bairros. Conjuntamente aumentou os números de escolas e se constituiu convênio para distribuição de energia. Mais tarde a Ditadura Militar que se instalara no Brasil veio a interferir na política municipal por considerar o lugar dotado de importância para a segurança nacional, uma vez que produz a matéria prima utilizada para diversos segmentos industriais.

O espaço de Ipatinga que vai se transformar de modo significativo a partir da década de 1950 vem a nos ajudar também em uma maior compreensão existente entre o capitalismo e

as forças de trabalho. Para se alcançar um processo de produção considerável e gerar riquezas, um grupo social acaba explorado e excluído, sendo afastado dos benefícios do progresso. A precarização do trabalho foi fator essencial para permanência e consolidação da indústria em Ipatinga no início da década de 1960.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE EM PAUTA: A contribuição do Legislativo para o desenvolvimento do município. Ipatinga, MG. 38p. 2005. Publicação da Câmara Municipal de Ipatinga nos 40 anos de fundação da cidade.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 09-22.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BOJUNGA, Claudio. **JK o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito- chave na Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 15<sup>a</sup> ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2012. P. 15-47.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6, 1995, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPUR, 1996. p. 420-430.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964). **Revista Cronos**, Natal- RN, v.9, n.1, p.109-134, jan./jun. 2008.

DAVIS, Kingsley. A urbanização da Humanidade. In: DAVIS, Kingsley et al. **Cidades: a urbanização da humanidade**. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DIAS, Fabiana Correia. **O Tratamento dos Espaços Livres em uma Cidade Média Planejada: o caso de Ipatinga/MG**. 2011.190 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável)- Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. **Controle do Tempo: a percepção dos atores gerenciais da USIMINAS S.A.** 2004. 203 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.419- 437.

FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso: a história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Desenvolvimento Urbano. **Ipatinga (MG): Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1974. 98 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=49135>. Acesso em 28 maio 2016.

GENOVEZ, Patrícia Falco; VALADARES, Vagner Bravos. A formação territorial de Coronel Fabriciano (Sede) e de Ipatinga (Distrito) entre as décadas de 1920 e 1960: afinal, quem são os Estabelecidos e os Outsiders?. *Revista de História Regional*, v. 18, p. 363-388, 2013.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados Gerais sobre Ipatinga. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313130&search=minas-gerais|ipatinga|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em 23 maio. 2016.

HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. **Exploração Capitalista**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1991.

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. **As condições estruturantes da siderurgia mineira: Recursos Naturais, Estado e Elite Instruída**. 2010. 252 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

MENDONÇA, Roxane Sidney R. de. **Vila operária Usiminas: a influência da Urbanística modernista na cidade de Ipatinga**. (Dissertação de mestrado). Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

MORAES, José Augusto de. **Ipatinga Cidade Jardim**. Ipatinga: Art Publish, 2009.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Ambiguidades da modernização urbano-industrial no Brasil Republicano. In: MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio. (Org.). **Formação Econômica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 144-176.

MOREIRA, Vânia Maria. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.155-194.

OLIVEIRA, Dorotéo Émerson Storck de; LUTTGEN, Miriam. Conflitos territoriais e Percepção Ambiental no Município de Timóteo. Vale do Aço Mineiro. In: Simpósio Nacional de Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, 2005, Londrina- PR. Universidade Estadual de Londrina- Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais, 2005.

ONU. **Fatos sobre as cidades**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/cidades.pdf>. Acesso em: 20/10/2015.

PORTAL DO GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Mesorregiões e Microrregiões**. 2014. Disponível em: < <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>>. Acesso em 23 maio. 2016.

PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1984.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991. Volume I.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1992. Volume II.

REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO. **Plano Diretor De Desenvolvimento Integrado- PDDI**. Disponível em: <http://www.unilestemg.br/pddi/documentos-oficiais.php>. Acesso em 06 de junho 2016. Volume 1. p.124-127.

REVISTA IPATINGA ANO 20. Ipatinga, Revisão, 1984.

SAMPAIO, Aparecida Pires. **A produção Social do Espaço Urbano de Ipatinga-MG: Da luta sindical à luta urbana**. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades)- Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.p. 412- 436.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: DAVIS, Kingsley et al. **Cidades: a urbanização da humanidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 36-51.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de Souza. **AÇO MINAS: Aspiração de Várias Gerações de Mineiros**. Belo Horizonte: Aço Minas Gerais S. A, 1985.

SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, Trabalho e Conflitos em Ipatinga nos anos 60**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 6. ed. . São Paulo: Contexto, 1994.

TULER, Marilene A. Ramalho. **O Massacre de Ipatinga: Mitos e Verdades**. 2ª ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

USIMINAS Conta sua História. Belo Horizonte: Editora Anchieta, 1990. Elaborado pela Fundação João Pinheiro.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento; O nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995.

#### Sítios Eletrônicos

IBGE. Censo Demográfico. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em junho de 2016.

Nações Unidas no Brasil. **Com aumento de pessoas se mudando para cidades, ONU realiza conferência sobre urbanização sustentável**. Disponível em: <[www.nacoesunidas.org/com-aumento-de-pessoas-se-mudando-para-cidades-onu-realiza-conferencia-sobre-urbanizacao-sustentavel/](http://www.nacoesunidas.org/com-aumento-de-pessoas-se-mudando-para-cidades-onu-realiza-conferencia-sobre-urbanizacao-sustentavel/)>. Acesso outubro de 2015.

Indústria Hoje. Diferença entre metalurgia e siderurgia. <[www.industriahoje.com.br/qual-a-diferenca-entre-metalurgia-e-siderurgia](http://www.industriahoje.com.br/qual-a-diferenca-entre-metalurgia-e-siderurgia/)>. Acesso em 09 de Junho de 2015.

Eu amo Ipatinga. Galeria de fotos. Disponível em: <[www.euamoipatinga.com.br](http://www.euamoipatinga.com.br)>. Acesso em junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **História da cidade**. Disponível em: <[ipatinga.mg.gov.br/Materia\\_especifica/9674/Historia-da-Cidade](http://ipatinga.mg.gov.br/Materia_especifica/9674/Historia-da-Cidade)>. Acesso em 25 maio de 2016.

Revista Dois Pontos. **A trajetória de um vale**. Disponível em: <[www.revistadoispontos.com/trilha-do-minerio/a-trajetoria-de-um-vale](http://www.revistadoispontos.com/trilha-do-minerio/a-trajetoria-de-um-vale/)>. Acesso em junho de 2016.